

**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**  
**RELATÓRIO**  
Gerência – 2014



# **RELATÓRIO ANUAL**

Gerência de 2014



Presidente da Assembleia da República

Maria da Assunção Andrade Esteves

Vice-Presidentes

Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva

Júlio Francisco Miranda Calha

Teresa Margarida Figueiredo de Vasconcelos Caeiro

António Filipe Gaião Rodrigues

Secretários da Mesa

Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco

Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz

Abel Lima Baptista

Artur Jorge da Silva Machado

Vice-Secretários da Mesa

Maria Paula da Graça Cardoso

Pedro Filipe dos Santos Alves

Luísa Maria Neves Salgueiro

Raúl Mário Carvalho Camelo de Almeida

## Conselho de Administração

António Fernando Couto dos Santos  
Presidente

José Manuel Lello Ribeiro de  
Almeida  
Representante do GP do PS

João Guilherme Nobre Prata  
Fragoso Rebelo  
Representante do GP do CDS-PP

Bruno Ramos Dias  
Representante do GP do PCP

Mariana Rosa Aiveca  
Representante do GP do BE

José Luís Teixeira Ferreira  
Representante do GP do PEV

Albino de Azevedo Soares  
Secretário-Geral

Francisco José Pereira Alves  
Representante dos Funcionários Parlamentares

## Glossário

<b>AHP</b>	Arquivo Histórico Parlamentar
<b>ANCV</b>	Assembleia Nacional de Cabo Verde
<b>ANSTP</b>	Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe
<b>APCE</b>	Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa
<b>AP-CPLP</b>	Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
<b>AP-UpM</b>	Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo
<b>APM</b>	Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo
<b>APNATO</b>	Assembleia Parlamentar do Atlântico Norte
<b>APOSCE</b>	Assembleia Parlamentar da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
<b>AR</b>	Assembleia da República
<b>ARM</b>	Assembleia da República de Moçambique
<b>ASG – PLP</b>	Associação dos Secretários Gerais dos Países de Língua Portuguesa
<b>ASG – UIP</b>	Associação dos Secretários Gerais da União Interparlamentar
<b>BE</b>	Bloco de Esquerda
<b>BIB</b>	Biblioteca
<b>CAC</b>	Centro de Acolhimento ao Cidadão
<b>CADA</b>	Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos
<b>CDS-PP</b>	Centro Democrático Social – Partido Popular
<b>CFBD-ADN</b>	Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN
<b>CFPI</b>	Centro de Formação Parlamentar e Interparlamentar
<b>CFSI</b>	Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa
<b>CFSIIC</b>	Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal
<b>CIC - RP</b>	Centro de Informação ao Cidadão e Relações Públicas
<b>CINF</b>	Centro de Informática da Assembleia da República
<b>CJP</b>	Conselho dos Julgados de Paz
<b>CNE</b>	Comissão Nacional de Eleições
<b>CNECV</b>	Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida
<b>CNPD</b>	Comissão Nacional de Proteção de Dados
<b>CNPMA</b>	Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida
<b>DAC</b>	Divisão de Apoio às Comissões
<b>DAR</b>	Diário da Assembleia da República
<b>DAPAT</b>	Divisão de Aprovisionamento e Património
<b>DAPLEN</b>	Divisão de Apoio ao Plenário
<b>DE</b>	Divisão de Edições
<b>DGF</b>	Divisão de Gestão Financeira

<b>DILP</b>	Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar
<b>DP</b>	Divisão de Protocolo
<b>DR</b>	Diário da República
<b>DRAA</b>	Divisão de Redação e Apoio Audiovisual
<b>DRHA</b>	Divisão de Recursos Humanos e Administração
<b>DRI</b>	Divisão de Relações Internacionais
<b>DSAF</b>	Direção de Serviços Administrativos e Financeiros
<b>DSATS</b>	Direção de Serviços de Apoio Técnico e Secretariado
<b>DSDIC</b>	Direção de Serviços de Documentação e Informação ao Cidadão
<b>ERC</b>	Entidade Reguladora para a Comunicação Social
<b>FPIA</b>	Fórum Parlamentar Ibero-americano
<b>GABSG</b>	Gabinete do Secretário-Geral
<b>GARIP</b>	Gabinete de Relações Internacionais e Protocolo
<b>GDP</b>	Grupo Desportivo Parlamentar
<b>GME</b>	Gabinete Médico
<b>GP</b>	Grupo Parlamentar
<b>GR%</b>	Grau de Execução (percentagem)
<b>LOFAR</b>	Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República
<b>NATO</b>	Organização do Tratado do Atlântico Norte
<b>OAR</b>	Orçamento da Assembleia da República
<b>OE</b>	Orçamento de Estado
<b>OSCE</b>	Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
<b>PAR</b>	Presidente da Assembleia da República
<b>PCP</b>	Partido Comunista Português
<b>PEV</b>	Partido Ecologista "Os Verdes"
<b>PLC</b>	Processo Legislativo Comum
<b>PNTL</b>	Parlamento Nacional de Timor-Leste
<b>POC-AR</b>	Plano Oficial de Contabilidade da Assembleia da República
<b>PS</b>	Partido Socialista
<b>PSD</b>	Partido Social Democrata
<b>SAR</b>	Serviços da Assembleia da República
<b>SIGAR</b>	Sistema Integrado de Gestão da Assembleia da República
<b>UIP</b>	União Interparlamentar
<b>UTAO</b>	Unidade Técnica de Apoio Orçamental

# Índice

<b>NOTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>1. ENQUADRAMENTO ORÇAMENTAL</b>	<b>12</b>
1.1 OAR 2014	12
1.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL — 2014	15
<b>2. ATIVIDADES PARLAMENTARES</b>	<b>20</b>
2.1 GABINETES DE APOIO DOS GRUPOS PARLAMENTARES	24
2.2 COMISSÕES PARLAMENTARES	26
2.3 RELAÇÕES PARLAMENTARES INTERNACIONAIS	27
2.4 CERIMÓNIAS, RECEÇÃO DE DELEGAÇÕES E DE ENTIDADES OFICIAIS E OUTRAS REUNIÕES	31
2.5 OUTROS ENCARGOS PARLAMENTARES	32
<b>3. ATIVIDADES DE APOIO</b>	<b>32</b>
3.1 GESTÃO DAS ATIVIDADES DE APOIO	33
<b>4. ATIVIDADE EDITORIAL</b>	<b>40</b>
<b>5. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR</b>	<b>42</b>
5.1 BILATERAL	42
5.2 MULTILATERAL	42
<b>6. GESTÃO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO</b>	<b>43</b>
<b>7. GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS</b>	<b>47</b>
<b>8. FINANCIAMENTO</b>	<b>51</b>
8.1 ENTIDADES AUTÓNOMAS	51
8.2 SUBVENÇÕES PÚBLICAS	53
<b>9. INVESTIMENTOS</b>	<b>54</b>
9.1 INVESTIMENTOS REALIZADOS EM 2014	54
9.2 PROJETOS TRANSITADOS PARA 2015	58
<b>10. EXECUÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>59</b>
10.1 DAS DESPESAS	59
10.2 DAS RECEITAS	61
<b>11. SITUAÇÃO PATRIMONIAL DA AR A 31 DE DEZEMBRO DE 2014</b>	<b>63</b>
<b>NOTA FINAL</b>	<b>66</b>

## Índice de Quadros

<b>QUADRO 1</b>	ORÇAMENTO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA EM 2014	<b>14</b>
<b>QUADRO 2</b>	SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	<b>15</b>
<b>QUADRO 3</b>	SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL SEM TRANSFERÊNCIAS PARA ENTIDADES AUTÓNOMAS E SEM SUBVENÇÕES ESTATAIS	<b>16</b>
<b>QUADRO 4</b>	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL POR ATIVIDADES	<b>17</b>
<b>QUADRO 5</b>	EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	<b>18</b>
<b>QUADRO 6</b>	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA "ATIVIDADE PARLAMENTAR"	<b>23</b>
<b>QUADRO 7</b>	EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM A "ATIVIDADE PARLAMENTAR"	<b>24</b>
<b>QUADRO 8</b>	EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM DESLOCAÇÕES AO ESTRANGEIRO	<b>30</b>
<b>QUADRO 9</b>	QUOTIZAÇÕES INTERNACIONAIS	<b>32</b>
<b>QUADRO 10</b>	ENCARGOS COM AS "ATIVIDADES DE APOIO"	<b>32</b>
<b>QUADRO 11</b>	EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM "ATIVIDADES DE APOIO"	<b>33</b>
<b>QUADRO 12</b>	LANÇAMENTOS EDITORIAIS	<b>41</b>
<b>QUADRO 13</b>	EVOLUÇÃO DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES	<b>52</b>
<b>QUADRO 14</b>	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES	<b>53</b>
<b>QUADRO 15</b>	EVOLUÇÃO DOS MONTANTES ORÇAMENTADOS PARA INVESTIMENTO	<b>54</b>
<b>QUADRO 16</b>	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS INVESTIMENTOS	<b>55</b>
<b>QUADRO 17</b>	PROJETOS COM ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2015	<b>58</b>
<b>QUADRO 18</b>	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E FINANCEIRA (POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA)	<b>59</b>
<b>QUADRO 19</b>	ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2015 POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	<b>60</b>
<b>QUADRO 20</b>	EVOLUÇÃO DAS RECEITAS	<b>62</b>
<b>QUADRO 21</b>	GRAU DE REALIZAÇÃO DAS RECEITAS EM 2014	<b>62</b>



## Índice de Gráficos

<b>GRÁFICO 1</b>	EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS DE 2011 A 2014	<b>18</b>
<b>GRÁFICO 2.1</b>	DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR GRUPOS ECONÓMICOS EM 2014	<b>19</b>
<b>GRÁFICO 2.2</b>	DISTRIBUIÇÃO DOS ENCARGOS NO AGRUPAMENTO DESPESAS COM PESSOAL EM 2014	<b>19</b>
<b>GRÁFICO 3</b>	EVOLUÇÃO DAS REUNIÕES, AUDIÇÕES E AUDIÊNCIAS DAS COMISSÕES PARLAMENTARES	<b>21</b>
<b>GRÁFICO 4</b>	PESSOAL AFETO AOS GABINETES DE APOIO AOS GRUPOS PARLAMENTARES	<b>25</b>
<b>GRÁFICO 5.1</b>	EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE VISITAS GUIADAS	<b>36</b>
<b>GRÁFICO 5.2</b>	DISTRIBUIÇÃO POR GRUPOS DE PÚBLICO-ALVO (DIAS ÚTEIS)	<b>36</b>
<b>GRÁFICO 6</b>	EVOLUÇÃO DE ASSISTÊNCIAS A SESSÕES PLENÁRIAS	<b>37</b>
<b>GRÁFICO 7</b>	EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE EDITORIAL	<b>42</b>
<b>GRÁFICO 8</b>	EVOLUÇÃO DO QUADRO DE EFETIVOS POR GRUPOS PROFISSIONAIS/CARREIRAS	<b>48</b>
<b>GRÁFICO 9</b>	EFETIVOS POR ESCALÕES ETÁRIOS	<b>49</b>
<b>GRÁFICO 10</b>	EFETIVOS POR NÍVEL DE ANTIGUIDADE	<b>49</b>
<b>GRÁFICO 11</b>	EFETIVOS POR NÍVEL HABILITACIONAL	<b>50</b>
<b>GRÁFICO 12</b>	FUNCIONÁRIOS POR GRANDES ÁREAS DE ATIVIDADE	<b>50</b>
<b>GRÁFICO 13</b>	EVOLUÇÃO DAS VENDAS	<b>63</b>
<b>GRÁFICO 14</b>	EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS	<b>64</b>

## Nota do Conselho de Administração

Nos termos do n.º 1 do artigo 59.º da LOFAR, o Conselho de Administração elabora o **Relatório** e a **Conta** relativos à Gerência de 2014, com os elementos que foram, para o efeito, organizados e trabalhados pelos competentes Serviços da Assembleia da República, sob direta coordenação do Secretário-Geral.

O Relatório que se apresenta traduz, tendo em conta as alterações que ao longo do ano de 2014 foram introduzidas no OAR inicial aprovado no Plenário em 25 de outubro de 2013, as características gerais na vertente orçamental e financeira da gestão da AR, destacando-se, desde logo, a necessidade de corresponder às obrigações expressas na lei para o pagamento das subvenções públicas para as campanhas concernentes às Eleições Europeias realizadas em 2014 e às Eleições Autárquicas realizadas em 2013, dado que os resultados oficiais deste último ato eleitoral apenas foram publicados no final do ano de 2013.

Na globalidade das despesas, geriu-se um total orçamentado de **€130.834.951,69**, encontrando-se nesta verba incluídas as **transferências para as Entidades Autónomas** e as **subvenções aos Partidos Políticos e às campanhas eleitorais**, com um nível global de **execução de 76,21%**, dos quais:

- **€82.525.789,90 - Despesa total – atividade da AR**, com execução de **71,98%**, da qual:
  - **€69.111.903,90** - Despesas Correntes - **atividade da AR**, com execução de **84,57%**;
  - **€13.413.886** - Despesas de Capital - **atividade da AR**, com execução de **7,14%**;
- **€9.949.435 – Transferências - Entidades Autónomas**, com execução de **91,23%**;
- **€14.853.459,00 - Subvenções aos Partidos Políticos**, com execução de **100%**; e
- **€23.506.267,79 - Subvenções para campanhas eleitorais**, com execução de **69,65%**.

A taxa de execução mais baixa, verificada na "Despesa total – atividade da AR" (71,98%), deve-se, não só às cativações aplicáveis, mas também ao clima de grande contenção que tem vindo a pautar a execução orçamental da Assembleia da República, o qual se manteve no exercício de 2014. Importa ressaltar que, deduzindo a cativação aplicável (€1.224.557) e a dotação provisional (€14.662.211,90 – corrente e capital) – verba inscrita para eventuais necessidades não previstas - a taxa de execução é de 89,14%.

Importa ainda realçar que a execução orçamental de 2014 foi influenciada pelas diferentes taxas de redução remuneratória aplicadas ao longo do ano – tendo sido essas reduções suspensas durante o período de 1 de junho a 12 de setembro, o encargo adicional foi suportado por poupanças da Assembleia da República, sem recurso ao Orçamento de Estado.



Ao nível da **Atividade Parlamentar**, a Assembleia da República, através dos seus órgãos eleitos, desenvolveu os habituais trabalhos em sessões plenárias e em comissões especializadas, bem como em sede das organizações internacionais e das instituições interparlamentares de que é parte.

Em matéria de **investimento**, destaca-se, no cumprimento do Plano de Investimentos de 2014:

- Ao nível da **gestão das tecnologias de informação**, procedeu-se ao reforço da infraestrutura de servidores e à substituição de cerca de duas centenas de desktops afetos aos SAR. Foi dado seguimento ao reforço da segurança da informação com a implementação de medidas ao nível dos equipamentos portáteis e infraestruturas centrais. Na ótica da racionalização do investimento e redução dos custos de operação foi iniciado o processo de extinção da Entidade Certificadora da AR e a aquisição dos serviços de certificação a uma empresa externa.
- Em termos de **obras de melhoria/conservação**, para além da conclusão da **empreitada de revisão/substituição de torneiras de segurança e de corte, válvulas da canalização de água e aquecimento central**, foram **adjudicadas empreitadas** cujas execuções transitaram para 2015, nomeadamente: **beneficiação das coberturas da Escadaria Nobre e dos Passos Perdidos** (concluída no início de 2015), **criação de um novo gabinete no piso sobreloja do Palácio** e **reposição das condições de utilização do Anfiteatro da Casa Amarela**;
- Relativamente aos **sistemas de audiovisual**, destaca-se o início do concurso para aquisição de componente para *upgrade* do servidor de emissão ARTV/Canal Parlamento, para integração no sistema existente e continuação dos trabalhos de contratação de um circuito de comunicações dedicado ao projeto WEB/TV.

Por outro lado, a Assembleia da República prosseguiu a sua **atividade editorial** própria e desenvolveu ações de aproximação ao exterior e de divulgação das suas atividades, abrindo as portas aos cidadãos e realizando exposições.

Em 2014 celebraram-se os **40 anos do 25 de Abril de 1974** com um programa cultural diversificado em que as várias iniciativas decorreram durante todo o mês, sempre abertas ao público e com uma ampla divulgação que permitiu aos cidadãos celebrar Abril na/com a Assembleia da República.

São ainda de salientar os elevados níveis de pressão a que esteve sujeita a atividade desenvolvida pela AR e aos quais os **Funcionários Parlamentares** tiveram de dar resposta, não

obstante a contínua diminuição do número de efetivos, tendo designadamente em consideração o fluxo continuado de aposentações.

## 1. Enquadramento Orçamental

### 1.1 OAR 2014

Em 3 de outubro de 2013, o Conselho de Administração elaborou a proposta de Orçamento da Assembleia da República para 2014, com base na proposta de OAR2014 coordenada e apresentada pelo Secretário-Geral, nos termos dos artigos 15.º e 24.º da LOFAR, tendo aquela sido aprovada em Plenário, na sessão de 25 de outubro de 2013, dando origem à Resolução da Assembleia da República n.º 152/2013, publicada no Diário da República, I Série, n.º 226, de 21 de novembro de 2013.

No **OAR2014 inicial** aprovado, os montantes inscritos para as **despesas correntes e de capital** da atividade da AR ascenderam, respetivamente, a €66.985.943 e €4.913.886, traduzindo, globalmente, uma **diminuição de 7,85% relativamente ao OAR2013 corrigido**.

Por outro lado, o montante total do **Financiamento de Entidades e Subvenções** foi de €28.015.894, apresentando um **decréscimo de 62,3% face ao OAR2013 corrigido**, decorrente, essencialmente, do facto de, em 2014, estar inscrito apenas o valor necessário ao pagamento **da subvenção pública para a campanha das Eleições Europeias de 2014** (€3.408.000), de acordo com o calendário eleitoral, enquanto em 2013 se encontravam inscritas as verbas globais destinadas ao pagamento da subvenção para a campanha das Eleições Autárquicas de 2013 (€48.461.760), cujos resultados só vieram a ser publicados em dezembro desse ano, bem como o saldo da subvenção pública para a campanha das Eleições Legislativas Regionais dos Açores.

Incluem-se, ainda, no Financiamento de Entidades e Subvenções, em 2014, as **subvenções aos Partidos Políticos** (€14.853.459) e as **transferências para as Entidades Autónomas** (€9.754.435) – conforme Quadro1. No que respeita às transferências para as Entidades Autónomas, importa salientar que se verificou um decréscimo de **9,89%** no OAR2014 inicial e em relação ao OAR2013 corrigido, em resultado de se ter estendido também àquelas entidades a política de rigor orçamental seguida pela Assembleia da República.

O **1º Orçamento Suplementar de 2014**, elaborado nos termos do artigo 50º da LOFAR, foi aprovado pelo Plenário da Assembleia da República, sob proposta do Conselho de



Administração, em 10 de janeiro<sup>1</sup>, tendo em vista **integrar o saldo da subvenção pública para a campanha das Eleições Autárquicas de 2013 (€20.098.188,35)**, de forma a proceder aos pagamentos nos prazos legalmente estabelecidos.

**O 2º Orçamento Suplementar de 2014**, foi aprovado pelo Plenário da Assembleia da República, sob proposta do Conselho de Administração, em 14 de maio<sup>2</sup>, tendo alterado a dotação orçamental de um montante de €120.013.911,35 (após 1º OAR2014 Suplementar) para €130.639.872,25 (aumento no valor de **€10.625.960,90**), resultante da integração do diferencial do saldo de gerência da Assembleia da República apurado à data de encerramento da gerência de 2013 (no OAR2014 foram inicialmente inscritos €9.000.000, sendo que o valor efetivamente apurado a 31/12/2013 foi de €19.625.960,90).

Houve ainda necessidade de um **3º Orçamento Suplementar de 2014**, aprovado pelo Plenário da Assembleia da República, sob proposta do Conselho de Administração, em 26 de novembro<sup>3</sup>, que veio alterar a dotação orçamental, de um montante de €130.639.872,25 (após 2º OAR2014 Suplementar), para €130.834.951,69 (aumento no valor de **€195.079,44**), tendo em vista reforçar o orçamento da Provedoria de Justiça nas verbas necessárias ao pagamento de remunerações do mês de dezembro (face ao aumento dos encargos com remunerações, decorrentes das diferentes reduções remuneratórias aplicadas ao longo do ano de 2014) e, ainda, a **devolução de €9 milhões ao Tesouro**, relativos ao saldo da subvenção pública para as Eleições Autárquicas de 2013.

Para além dos orçamentos suplementares referidos, efetuaram-se **cinco alterações orçamentais verticais** (duas das quais exclusivamente para reajustar rubricas que constituem o plafond para remunerações do pessoal de apoio aos Grupos Parlamentares), visando reajustar dotações e enquadrar situações pontuais com tradução financeira entretanto surgidas, as quais **não influenciaram**, contudo, a **despesa global**. Essas alterações obtiveram o parecer favorável do Conselho de Administração, respetivamente, em 7 de julho, 25 de setembro, 9 de outubro, 20 de novembro e 10 de dezembro do ano em referência.

Da execução do OAR2014 decorreu um **saldo de gerência, apurado à data de 31 de dezembro de 2014 e a transitar para o ano de 2015, no valor de €30.868.645,77**, dos quais

---

<sup>1</sup> Resolução da Assembleia da República n.º 1-A/2014, publicada no DR, I Série, n.º 8, de 13 de janeiro.

<sup>2</sup> Resolução da Assembleia da República n.º 45/2014, publicada no DR, I Série, n.º 102, de 28 de maio.

<sup>3</sup> Resolução da Assembleia da República n.º 99/2014, publicada no DR, I Série, n.º 232, de 1 de dezembro.

€7.133.669,67 correspondem ao saldo das subvenções públicas para as campanhas eleitorais (€6.820.498,69, correspondente às Eleições Autárquicas 2013 e €313.170,98 às Eleições Europeias de 2014), configurando o remanescente (**€23.734.976,10**) o **saldo da AR**, do qual €9.000.000 já foram integrados em OAR2015 inicial.

As alterações aprovadas, quer em sede de OAR suplementar, quer no quadro das diversas alterações orçamentais verticais e horizontais (reforços/anulações entre a mesma rubrica de diferentes subatividades), refletiram-se ao nível das diversas atividades, conforme se apresenta no Quadro 1 seguinte:

**Quadro 1- ORÇAMENTO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA EM 2014**

Unidade: Euro

Atividades	OAR2013	OAR2014	OAR2014	Var%	Var%
	corrigido	inicial	corrigido		
	1	2	3	4=2/1	5=3/1
<b>DESPESAS CORRENTES AR</b>	<b>68.416.344,33</b>	<b>66.195.146,00</b>	<b>68.315.476,90</b>	<b>-3,25%</b>	<b>-0,15%</b>
ATIVIDADES PARLAMENTARES	33.779.277,79	32.468.255,00	34.146.805,27	-3,88%	1,09%
ATIVIDADES DE APOIO	29.536.323,31	27.777.623,00	28.465.022,73	-5,95%	-3,63%
ATIVIDADE EDITORIAL	564.329,00	458.083,00	502.652,00	-18,83%	-10,93%
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	375.165,00	346.010,00	309.760,00	-7,77%	-17,43%
OUTRAS ATIVIDADES *	3.925.836,23	4.900.000,00	4.646.061,90	24,81%	18,35%
OUTROS ENCARGOS PARLAMENTARES	195.963,00	206.908,00	206.908,00	5,59%	5,59%
OUTRAS ENTIDADES	39.450,00	38.267,00	38.267,00	-3,00%	-3,00%
<b>DESPESAS DE CAPITAL AR</b>	<b>8.874.390,00</b>	<b>4.910.160,00</b>	<b>13.410.160,00</b>	<b>-44,67%</b>	<b>51,11%</b>
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	20.000,00	18.000,00	18.000,00	-10,00%	-10,00%
INVESTIMENTO	3.403.179,00	3.392.160,00	3.376.010,00	-0,32%	-0,80%
OUTRAS ATIVIDADES *	5.451.211,00	1.500.000,00	10.016.150,00	-72,48%	83,74%
<b>TOTAL AR CORRENTES E CAPITAL (1)</b>	<b>77.290.734,33</b>	<b>71.105.306,00</b>	<b>81.725.636,90</b>	<b>-8,00%</b>	<b>5,74%</b>
<b>DESPESAS CORRENTES E CAPITAL CONSELHOS (2)</b>	<b>738.139,90</b>	<b>794.523,00</b>	<b>800.153,00</b>	<b>7,64%</b>	<b>8,40%</b>
CONSELHO FISCALIZAÇÃO SISTEMA INFORMAÇÕES	198.981,10	194.600,00	198.389,00	-2,20%	-0,30%
CONSELHO DOS JULGADOS DE PAZ	124.530,00	118.000,00	118.107,00	-5,24%	-5,16%
CONSELHO NAC. PROcriação MEDICAMENTE ASSISTIDA	252.749,00	199.460,00	198.808,00	-21,08%	-21,34%
CONSELHO FISCALIZ. SIST. INTEGtADO INFORM. CRIMINAL	161.879,80	158.917,00	158.917,00	-1,83%	-1,83%
CONSELHO FISCALIZ. BASE DE DADOS PERFIS ADN (Cor)	0,00	119.820,00	122.206,00	n.a	n.a
CONSELHO FISCALIZ. BASE DE DADOS PERFIS ADN (Cap)	0,00	3.726,00	3.726,00	n.a	n.a
<b>TOTAL AR E CONSELHOS (3=1+2)</b>	<b>78.028.874,23</b>	<b>71.899.829,00</b>	<b>82.525.789,90</b>	<b>-7,85%</b>	<b>5,76%</b>
<b>ENTIDADES AUTÓNOMAS</b>	<b>10.825.295,00</b>	<b>9.754.435,00</b>	<b>9.949.435,00</b>	<b>-9,89%</b>	<b>-8,09%</b>
<b>SUBVENÇÃO AOS PARTIDOS POLÍTICOS</b>	<b>14.853.459,00</b>	<b>14.853.459,00</b>	<b>14.853.459,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
<b>SUBVENÇÃO ÀS CAMPANHAS ELEITORAIS</b>	<b>48.640.125,07</b>	<b>3.408.000,00</b>	<b>23.506.267,79</b>	<b>-92,99%</b>	<b>-51,67%</b>
<b>TOTAL GLOBAL AR / ENTID.AUTÓNOMAS / SUBVENÇ</b>	<b>152.347.753,30</b>	<b>99.915.723,00</b>	<b>130.834.951,69</b>	<b>-34,42%</b>	<b>-14,12%</b>

(\*) Dotação Provisional não utilizada

Da análise do Quadro 1, ressalta que o OAR2014, face ao OAR2013, apresenta um **decréscimo de 14,12% da despesa global**, comportamento determinado essencialmente pela subvenção para a campanha das eleições autárquicas 2013, tendo o montante global inscrito em 2014 sido significativamente inferior, já que apenas incluía a subvenção para as Eleições Europeias de 2014 e o remanescente das Eleições Autárquicas 2013. Deve ainda registar-se que, excluídos

os Conselhos, as Entidades Autónomas e as subvenções públicas aos partidos e às campanhas eleitorais, verifica-se um **acréscimo no orçamento da atividade da AR de 5,74%**, derivado da variação verificada em “outras atividades”, onde se inscreve a dotação provisional corrente e de capital, que em 2014 atingiu o valor total de €14.662.211,90, resultante das poupanças efetivas.

Em “**Despesas Correntes**”, a diminuição de **0,15%** decorre, principalmente, das variações verificadas em “**Atividades de apoio**”, “**Atividade Editorial**” e “**Cooperação Interparlamentar**”, cujas diminuições revelam as medidas de contenção orçamental que têm vindo a ser aplicadas, as quais incluem a aplicação das reduções remuneratórias e contratuais estipuladas na Lei do OE2014.

No que se refere às “**Despesas de Capital**”, o Quadro 1 evidencia ainda um **acréscimo de 51,11%** face ao valor orçamentado em 2013, sendo novamente o valor inscrito em “**Outras atividades**” - dotação provisional de capital - que apresenta a maior variação (83,74%). Face à conjuntura económica, a AR circunscreveu o seu plano de investimento para 2014 a projetos inadiáveis, o que justifica a baixa taxa de execução verificada na atividade “investimento” (28,36%), como se analisará mais à frente neste relatório.

## 1.2 Execução Orçamental — 2014

Quadro 2 - SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Unidade: Euro

Tipo de Despesa	OAR2014 corrigido	Execução Orçamental	
		montante	GR%
DESPESAS CORRENTES	69.111.903,90	58.444.938,17	84,57%
DESPESAS DE CAPITAL	13.413.886,00	957.464,36	7,14%
<b>TOTAL AR</b>	<b>82.525.789,90</b>	<b>59.402.402,53</b>	<b>71,98%</b>
<b>ENTIDADES AUTÓNOMAS</b>	9.949.435,00	9.076.764,00	91,23%
<b>SUBVENÇÃO AOS PARTIDOS POLÍTICOS</b>	14.853.459,00	14.853.458,24	100,00%
<b>SUBVENÇÃO ÀS CAMPANHAS ELEITORAIS</b>	23.506.267,79	16.372.598,12	69,65%
<b>TOTAL GLOBAL AR / ENTID.AUTÓNOMAS / SUBVENÇÕES</b>	<b>130.834.951,69</b>	<b>99.705.222,89</b>	<b>76,21%</b>

Em 2014, os encargos assumidos atingiram o montante de €99.705.222,89 (cf. Quadro 2), o que se traduziu numa **execução orçamental de 76,21%**, registando-se uma diferença de €31.129.728,80, entre o valor total orçamentado em termos de OAR corrigido e o valor dos encargos assumidos. O grau de execução orçamental registado é influenciado, não só pela dotação provisional não executada (num total de €14.662.211,90 - corrente e capital), mas também pelas verbas não requisitadas pela AR (€1.224.557) e Entidades Autónomas (€872.671), resultantes sobretudo das cativações previstas na Lei do OE2014 e no respetivo decreto-lei de

execução orçamental e pelo montante do saldo das subvenções para as campanhas das Eleições Autárquicas 2013 e Europeias 2014 (€7.133.669,67).

Verifica-se, conforme Quadro 3 infra, que o grau de execução das despesas correntes e de capital da AR foi de **71,98%**, pelo que, com o objetivo de melhor esclarecer a execução da atividade da AR em 2014, far-se-á, doravante, **uma análise que não inclui os montantes transferidos para as Entidades Autónomas, nem as mencionadas subvenções públicas para os Partidos Políticos e para as campanhas eleitorais.**

**Quadro 3 - SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL SEM TRANSFERÊNCIAS PARA ENTIDADES AUTÓNOMAS E SEM SUBVENÇÕES ESTATAIS**

Unidade: Euro

Tipo de Despesa	OAR2014 corrigido sem Entid.Autónomas /Subvenções	Execução Orçamental	
		montante	GR%
DESPESAS CORRENTES	69.111.903,90	58.444.938,17	84,57%
DESPESAS DE CAPITAL	13.413.886,00	957.464,36	7,14%
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>82.525.789,90</b>	<b>59.402.402,53</b>	<b>71,98%</b>

O nível de execução orçamental foi, assim, de **84,57%** em “**Despesas Correntes**” e de **7,14%** em “**Despesas de Capital**”, constituindo estas percentagens as que verdadeiramente traduzem a execução resultante da atividade normal da AR.

Desagregando a execução por atividades (cf. Quadro 4), face à respetiva natureza da despesa, verifica-se que a taxa de execução orçamental mais elevada, em sede de **despesas correntes**, é atingida em “**Outras entidades**” (100%), seguida de “**Atividades Parlamentares**” (93,63%), “**Atividades de Apoio**” (88,33%) e “**Outros encargos parlamentares**” - Quotizações (86,45%).

Na análise do Quadro 4, importa, ainda, salientar que, no ano de 2014, em termos de estrutura da despesa, o peso da execução das “**Atividades Parlamentares**” foi de 53,82%, logo seguido das “**Atividades de Apoio**”, que representam 42,33% do total executado.



**Quadro 4 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL POR ATIVIDADES**

Unidade: Euro

Atividades	OAR2014 corrigido	Encargos assumidos		
		montante	GR%	Estrutura
	1	2	3=2/1	4=2/12
ATIVIDADES PARLAMENTARES	34.146.805,27	31.973.282,99	93,63%	53,82%
ATIVIDADES DE APOIO	28.465.022,73	25.143.427,39	88,33%	42,33%
ATIVIDADE EDITORIAL	502.652,00	416.113,85	82,78%	0,70%
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	309.760,00	112.883,46	36,44%	0,19%
OUTRAS ATIVIDADES*	4.646.061,90	0,00	0,00%	0,00%
OUTROS ENCARGOS PARLAMENTARES	206.908,00	178.879,39	86,45%	0,30%
CONSELHO FISCALIZAÇÃO SISTEMA INFORMAÇ.	198.389,00	166.362,97	83,86%	0,28%
CONSELHO DOS JULGADOS DE PAZ	118.107,00	79.763,34	67,53%	0,13%
OUTRAS ENTIDADES	38.267,00	38.267,00	100,00%	0,06%
CONSELHO NAC. PROcriação MED. ASSISTIDA	198.808,00	104.215,90	52,42%	0,18%
CONSELHO FISCALIZ. SIST. INTEG INFORM. CRIMIN	158.917,00	129.917,89	81,75%	0,22%
CONSELHO FISCALIZ. BASE DE DADOS PERFIS ADN	122.206,00	101.823,99	83,32%	0,17%
<b>DESPESAS CORRENTES (1)</b>	<b>69.111.903,90</b>	<b>58.444.938,17</b>	<b>84,57%</b>	<b>98,39%</b>
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	18.000,00	0,00	0,00%	0,00%
INVESTIMENTO	3.376.010,00	957.394,38	28,36%	1,61%
OUTRAS ATIVIDADES*	10.016.150,00	0,00	0,00%	0,00%
CONSELHO FISCALIZ. BASE DE DADOS PERFIS ADN	3.726,00	69,98	n. aplic.	0,00%
<b>DESPESAS DE CAPITAL (2)</b>	<b>13.413.886,00</b>	<b>957.464,36</b>	<b>7,14%</b>	<b>1,61%</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS (3=1+2)</b>	<b>82.525.789,90</b>	<b>59.402.402,53</b>	<b>71,98%</b>	<b>100,00%</b>

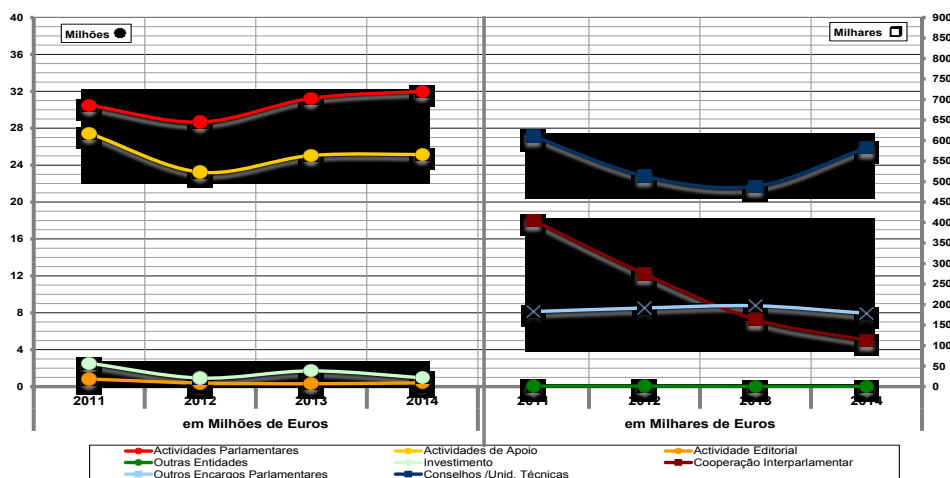
(\*) Dotação Provisional não utilizada

No que respeita às **despesas de capital**, cuja taxa de execução foi de **7,14%** em resultado do elevado montante inscrito e não utilizado em “**Outras atividades - dotação provisional de capital**” (€10.016.150), salienta-se a subatividade “**Investimento**”, com uma realização de 28,36%, indicador que traduz uma diminuição de 43,97% face à execução do ano de 2013 (cf. Quadro 5).

Importa ainda reter que, face à atual conjuntura de forte contenção orçamental, bem como à calendarização dos procedimentos de contratação pública, das empreitadas que integraram o Plano de Investimentos para 2014, apenas foi concluída a **empreitada de revisão/substituição de torneiras de segurança e de corte, válvulas da canalização de água e aquecimento central** (a qual teve como propósito delimitar os danos e aumentar a segurança em caso de rotura de canalizações, situação recorrente nos últimos três anos, devido à obsolescência da canalização da água e do aquecimento central do Palácio de S. Bento), tendo ainda sido **adjudicadas as seguintes empreitadas** cujas execuções transitaram para 2015: beneficiação das coberturas da Escadaria Nobre e dos Passos Perdidos (concluída no início de 2015),

criação de um novo gabinete no piso sobreloja do Palácio e reposição das condições de utilização do Anfiteatro da Casa Amarela.

**Gráfico 1 – EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS DE 2011 A 2014**



A evolução da despesa realizada por atividades, no decurso dos últimos quatro anos, consta do Gráfico 1, verificando-se que, no ano de 2014, **houve um ligeiro acréscimo global das despesas realizadas sobretudo com as atividades “Parlamentares”**, o que se justifica face à variação das reduções remuneratórias, aplicadas durante o ano 2014 (inicialmente com taxas de redução entre os 3,5% e os 12%, suspensas durante o período de 1 de junho a 12 de setembro e retomadas a 13 de setembro com taxas de 3,5% a 10%) determinadas pela Lei do OE2014 e Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro.

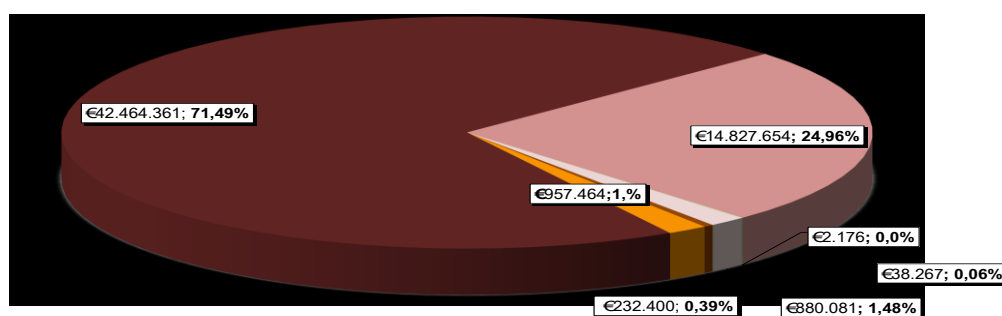
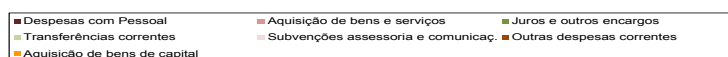
Tal realidade é evidenciada no Quadro 5 seguinte, em que se salientam os acréscimos de 2,35% nas “Atividades Parlamentares” e de 32,11% na “Atividade Editorial”, que só não se reflete da mesma forma nas “Atividades de Apoio” quer pela manutenção da aplicação das reduções contratuais determinadas pela Lei do OE2014, quer pela continuada redução do número de funcionários parlamentares, designadamente por transição para a situação de aposentação, e pelas medidas de contenção generalizadas, nomeadamente nas aquisições de bens e serviços.

**Quadro 5 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL**

Unidade: Euro

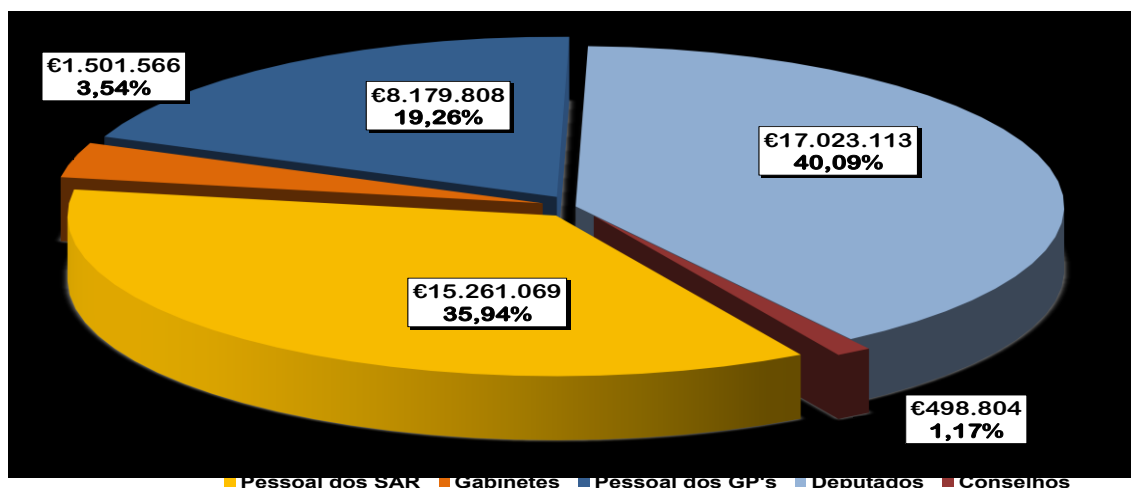
Atividades	Encargos Assumidos		Var%
	2013	2014	
ATIVIDADES PARLAMENTARES	31.237.705,25	31.973.282,99	2,35%
ATIVIDADES DE APOIO	25.048.293,82	25.143.427,39	0,38%
ATIVIDADE EDITORIAL	314.967,45	416.113,85	32,11%
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	163.699,81	112.883,46	-31,04%
OUTRAS ACTIVIDADES	1.289,90	0,00	-100,00%
OUTROS ENCARGOS PARLAMENTARES	195.795,99	178.879,39	-8,64%
CONSELHO FISCALIZAÇÃO SISTEMA INFORMAÇ.	159.586,16	166.362,97	4,25%
CONSELHO DOS JULGADOS DE PAZ	105.230,07	79.763,34	-24,20%
OUTRAS ENTIDADES	39.450,00	38.267,00	-3,00%
CONSELHO NAC. PROCREIAÇÃO MED. ASSISTIDA	89.694,40	104.285,88	16,27%
CONSELHO FISCALIZ. SIST. INTEG INFORM. CRIMIN.	134.182,27	129.917,89	-3,18%
CONSELHO FISCALIZ. BASE DE DADOS PERFIS ADN	0,00	101.823,99	n.a
INVESTIMENTO	1.708.800,44	957.394,38	-43,97%
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>59.198.695,56</b>	<b>59.402.402,53</b>	<b>0,34%</b>

Gráfico 2.1 – DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR GRUPOS ECONÓMICOS EM 2014



O Gráfico 2.1 apresenta a **distribuição da despesa** por agrupamento económico: as “**Despesas com Pessoal**” representam **71,49%** do total da despesa de 2014 (cf. Gráfico 2.2), seguidas das “**Aquisições de Bens e Serviços**” (**24,96%**) e das “**Aquisições de Bens de Capital**” (**1,61%**).

Gráfico 2.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS ENCARGOS NO AGRUPAMENTO DESPESAS COM PESSOAL EM 2014



O gráfico 2.2 evidencia os encargos englobados na rubrica orçamental “**Despesas com Pessoal**”. De acordo com os princípios do classificador económico, esta rubrica integra os encargos com remunerações e outras despesas com o pessoal dos Serviços da Assembleia da República (SAR), para além de outros encargos de idêntica natureza, nomeadamente com Deputados. De acordo com a realidade patente no Gráfico 2.2, verifica-se uma distribuição quase equitativa na partição dos encargos relacionados, por um lado, com “**Deputados**” (40,09%) - que não inclui as despesas de transporte consideradas no agrupamento “02 – Aquisições de bens e serviços”- e, por outro, dos encargos imputáveis a “**Pessoal dos SAR**” (35,94%), enquanto os encargos com **pessoal afeto aos “Gabinetes de apoio aos Grupos Parlamentares”** representam 19,26%. Já os encargos com remunerações do pessoal nomeado para os **Gabinetes da AR** e para o pessoal afeto aos **Conselhos** integrados no orçamento da AR, constituem, respetivamente, **3,54% e 1,17%** em percentagem do encargo total com remunerações.

## 2. Atividades Parlamentares

Do conjunto das atividades desenvolvidas pela Assembleia da República, destacam-se as que respeitam diretamente ao exercício das suas competências enquanto órgão de soberania, funções legislativas e de orientação e fiscalização políticas.

Não obstante a atividade política do Parlamento ser objeto de um Relatório específico e autónomo, nos termos do artigo 117º do Regimento, referem-se abaixo alguns indicadores próprios dessa atividade.



Assim, em 2014, realizaram-se **109 reuniões plenárias** e **2 da Comissão Permanente**. Ainda no âmbito da atividade parlamentar, foram realizadas **22 Conferências de Líderes**. Durante o ano de 2014 realizaram-se, ainda, **25 reuniões do Conselho de Administração**.

Acresce assinalar que deram entrada na Mesa da Assembleia da República as seguintes iniciativas legislativas: **79 Propostas de Lei, 261 Projetos de Lei, 35 Propostas de Resolução, 304 Projetos de Resolução, 9 Projetos de Deliberação, 58 Apreciações Parlamentares, 2 Inquéritos Parlamentares e 2 Projetos de Revisão Constitucional**. Foram aprovadas, em 2014, **6 Leis Orgânicas, 89 Leis, 107 Resoluções e 10 Deliberações**.

Foram apresentadas pelos Deputados 2352 perguntas, tendo sido obtidas 1339 respostas.

Foram ainda apresentados pelos Deputados os seguintes **Requerimentos**: 171 ao Governo, 2707 à Administração Local, 2 às Regiões Autónomas e 67 a Entidades Independentes. No mesmo ano, foram recebidas as seguintes **respostas**: 56 do Governo, 838 da Administração Local e 35 das Entidades Independentes.

Durante o ano de 2014, procedeu-se também à preparação, organização e acompanhamento das eleições para os seguintes órgãos:

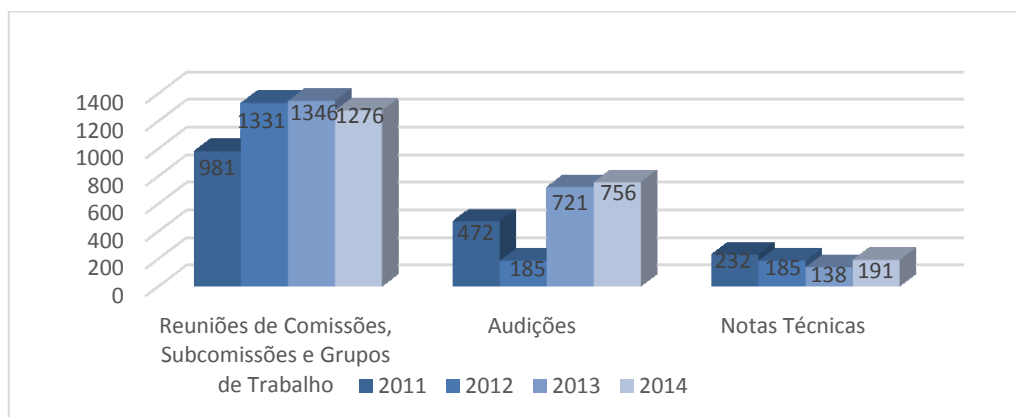
- Mesa da Assembleia da República:
  - Eleição de um Vice-Presidente do Partido Socialista;
  - Eleição de um Vice-Secretário do Partido Socialista.
- Órgãos externos:
  - Dois membros para a delegação da Assembleia da República à Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo (AP-UpM);
  - Um membro para a delegação da Assembleia da República à Assembleia Parlamentar da NATO (APNATO);
  - Um membro para a delegação da Assembleia da República à Assembleia Parlamentar da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (APOSCE);
  - Dois membros para a delegação da Assembleia da República à União Interparlamentar (UIP);
  - Dois membros para a delegação da Assembleia da República ao Fórum Parlamentar Ibero-Americano (FPIA);
  - Um membro para a delegação da Assembleia da República à Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (APCE);
  - Dois membros para a Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR);

- Três membros para o Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal (CFSIIC);
- Um vogal para a Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD);
- Dois Deputados para a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA).

Em 2014, as Comissões e os Grupos de Trabalho efetuaram **1276 reuniões, 756 audições**, 177 das quais com a presença de membros do Governo, **42 eventos** (colóquios, conferências ou seminários), **num total de 2776 horas de reuniões**

Em relação ao número total de reuniões, audições e audiências, a evolução da presente Legislatura (com início em 2011) torna-se evidente através do seguinte gráfico:

**Gráfico 3 – EVOLUÇÃO DAS REUNIÕES, AUDIÇÕES E AUDIÊNCIAS DAS COMISSÕES PARLAMENTARES**



No que ao exercício do direito de petição diz respeito, constata-se que, durante o ano de 2014, foram recebidas e registadas pela Assembleia da República **144 petições**, 60 das quais subscritas por 4000 ou mais cidadãos, tendo 75 sido concluídas através da aprovação de relatório final pela comissão competente.

Por outro lado, a atividade parlamentar (109 reuniões plenárias e 2 reuniões da Comissão Permanente, com um total de 331h de gravação) originou a produção de **485 Diários da Assembleia da República** (versão exclusivamente eletrónica), representando uma variação negativa de 5,6%, distribuídos por **111 números da 1.ª Série e 374 da 2.ª Série**, com 65 Suplementos. Na 1ª Série do DAR foram trabalhadas 15.447 páginas e, na 2ª Série, 103.683 páginas, num total de 119.130 páginas, acrescidas de 9.158 páginas de transcrições de textos das comissões parlamentares de inquérito, grupos de trabalho e outros eventos.

No ano de 2014, a **ARTV- Canal Parlamento** completou 12 anos de funcionamento no atual formato, tendo prosseguido as emissões 24h/dias, todos os dias da semana, nas plataformas de

cabo (ZON, MEO, VODAFONE, OPTIMUS CLIX, CABOVISÃO) e as emissões regulares na plataforma digital terrestre (TDT), produzindo 9.900 horas de emissão (7.200 CABO+NET e 2.700 TDT) e 1.790 horas de conteúdos gravados (1.280h de reuniões das comissões parlamentares, 340h de reuniões plenárias e 170h de outros eventos). No sistema de gravação digital (DIGIAUDIO), foram gravadas 331h de reuniões plenárias e da Comissão Permanente e 5.138h de reuniões de comissões parlamentares e outros eventos.

O **sistema de votação eletrónica** foi utilizado, para verificação de quórum e votação, em 62 sessões plenárias.

No que respeita à **Biblioteca**, existiam, no final de 2014, 117 395 registos bibliográficos, correspondendo a 49 159 registos de monografias, 3 268 registos de publicações em série e 64 968 registos de analíticos de monografias e séries.

Em termos globais, e como se infere do Quadro 4 supra, as **“Atividades Parlamentares”** representam **53,82% dos encargos assumidos** e obtiveram um **nível de execução de 93,63%**.

Regista-se no Quadro seguinte a desagregação da despesa realizada por subatividades:

**Quadro 6 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA “ATIVIDADE PARLAMENTAR”**

Unidade: Euro

Atividade Parlamentar	OAR2014	Encargos assumidos		
	Corrigido	montante	GR%	Estrutura
	1	2	3=2/1	4=2/12
Presidente da Assembleia da República	30.909,00	30.908,40	100,00%	0,10%
Gabinete de Apoio ao PAR	716.128,00	606.278,48	84,66%	1,90%
Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários	1.150.916,00	1.130.484,72	98,22%	3,54%
Gabinetes de Apoio aos Vice-Pres., Sec. E Vice-Sec.	410.061,00	400.816,19	97,75%	1,25%
Conselho de Administração	73.620,00	71.901,94	97,67%	0,22%
Grupos Parlamentares	987.216,00	979.324,43	99,20%	3,06%
Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares	8.249.139,00	8.120.164,50	98,44%	25,40%
Comissões Parlamentares	600.760,00	322.903,79	53,75%	1,01%
Deputados	19.958.340,00	18.888.966,06	94,64%	59,08%
Comemorações do Aniversário do 25 de Abril	251.506,00	244.919,13	97,38%	0,77%
Deslocações em Território Nacional	4.087,41	3.919,47	95,89%	0,01%
Deslocações ao Estrangeiro	1.166.611,90	895.056,03	76,72%	2,80%
Grupos Parlamentares de Amizade	91.081,25	38.543,81	42,32%	0,12%
Receção de Delegações e Entidades Oficiais	358.951,00	152.975,93	42,62%	0,48%
Programa Parlamento Jovem	97.478,71	86.120,11	88,35%	0,27%
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>34.146.805,27</b>	<b>31.973.282,99</b>	<b>93,63%</b>	<b>100,00%</b>

O Quadro 6 permite, assim, avaliar a **estrutura dos encargos** assumidos por cada uma das quinze subatividades que integram as “**Atividades Parlamentares**”, bem como o respetivo grau de execução orçamental, **concluindo-se que 84,48% do total dos encargos assumidos** corresponde apenas às duas componentes seguintes:

- “**Deputados**” – que integra a despesa com as respetivas componentes remuneratórias, nomeadamente: vencimento, despesas de representação, ajudas de custo, despesas de deslocação e transporte, prestações familiares e complementares, contribuições para a ADSE, CGA e segurança social (no que se refere aos encargos da entidade patronal), seguros e subsídio de reintegração (59,08%). Salienta-se que o vencimento é, desde junho de 2010, objeto de uma redução remuneratória de 5%, introduzida pelo artigo 11º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho, acrescida, desde 1 de janeiro de 2011, das reduções remuneratórias estipuladas pelas Leis do OE, que voltam a abranger não só os vencimentos como também as despesas de representação;
- “**Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares**” - onde se registam as remunerações auferidas pelo pessoal afeto a estes Gabinetes, também objeto das reduções remuneratórias estipuladas pelas Leis do OE e respetivos encargos sociais obrigatórios para a ADSE, CGA e Segurança Social (25,40%).

#### **Quadro 7 – EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM A “ATIVIDADE PARLAMENTAR”**

Unidade: Euro



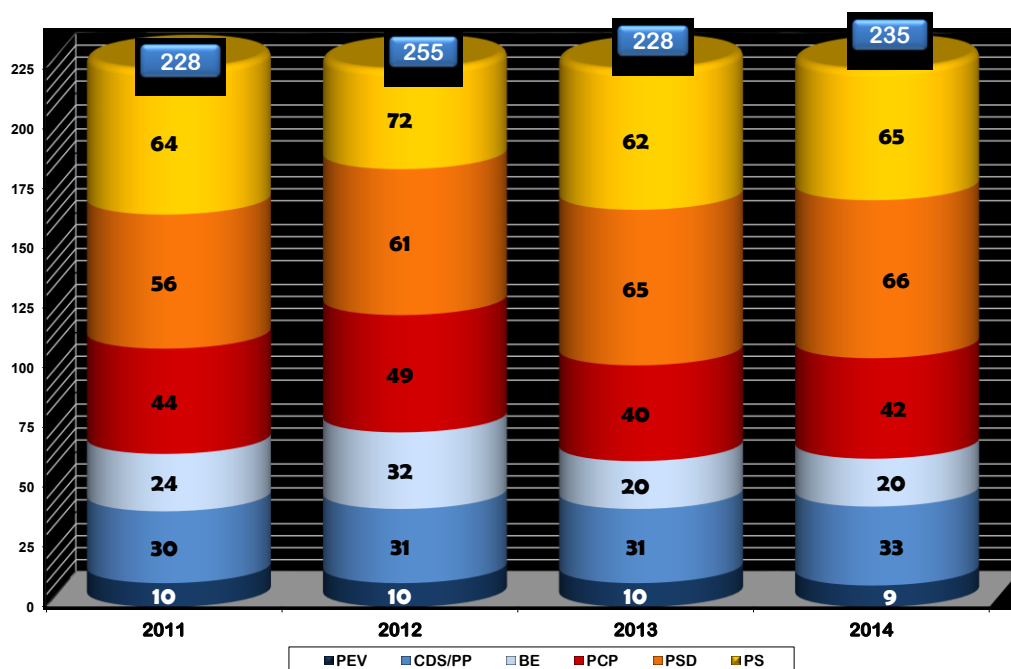
Atividade Parlamentar	Encargos assumidos		
	2013	2014	Var%
	1	2	3=2/1
Presidente da Assembleia da República	31.300,20	30.908,40	-1,25%
Gabinete de Apoio ao PAR	558.456,11	606.278,48	8,56%
Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários	1.010.796,20	1.130.484,72	11,84%
Gabinetes de Apoio aos Vice-Pres., Sec. E Vice-Sec.	381.189,47	400.816,19	5,15%
Conselho de Administração	71.211,24	71.901,94	0,97%
Grupos Parlamentares	989.120,08	979.324,43	-0,99%
Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares	8.074.374,73	8.120.164,50	0,57%
Comissões Parlamentares	318.035,28	322.903,79	1,53%
Deputados	18.682.039,75	18.888.966,06	1,11%
Comemorações do Aniversário do 25 de Abril	8.548,23	244.919,13	2765,14%
Deslocações em Território Nacional	0,00	3.919,47	n.a
Deslocações ao Estrangeiro	841.323,73	895.056,03	6,39%
Grupos Parlamentares de Amizade	75.039,10	38.543,81	-48,64%
Receção de Delegações e Entidades Oficiais	115.563,81	152.975,93	32,37%
Programa Parlamento Jovem	80.707,32	86.120,11	6,71%
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>31.237.705,25</b>	<b>31.973.282,99</b>	<b>2,35%</b>

Relativamente à evolução dos encargos assumidos, de 2013 para 2014 (Quadro 7), as “**Atividades Parlamentares**”, em termos globais, registaram um **acréscimo de 2,35%**, variação influenciada pela execução orçamental das subatividades “**Comemorações do aniversário do 25 de abril**”, dados os encargos com a celebração do 40.º aniversário (variação absoluta de €236.370,90) “**Deputados**” (variação absoluta de €206.926,31, o que representa +1,11%), “**Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários**” (variação absoluta de €119.688,52, que representa +11,84%), e “**Gabinete de Apoio ao PAR**” (variação absoluta de €47.822,37, representando +8,56%), que repercute a variação das reduções remuneratórias estipuladas pela Lei do OE2014 ao longo do ano, nomeadamente o período de suspensão da vigência das mesmas (1 de junho a 12 de setembro face à inconstitucionalidade reconhecida pelo Tribunal Constitucional).

## 2.1 Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares

A evolução, nos últimos quatro anos, do número de funcionários por Grupo Parlamentar, à data de 31 de dezembro, é apresentada no Gráfico 4 seguinte.

**Gráfico 4 – PESSOAL AFETO AOS GABINETES DE APOIO AOS GRUPOS PARLAMENTARES**



A gestão das verbas atribuídas nos termos do artigo 46.º da LOFAR, para suportar os encargos com o pessoal que integra os Gabinetes de Apoio aos Grupos Parlamentares, no que respeita às rubricas de vencimentos, subsídio de férias e Natal, remunerações por doença, maternidade e paternidade, pessoal aguardando aposentação e horas extraordinárias, é da estrita responsabilidade de cada um dos Grupos Parlamentares, tendo estas remunerações sido sujeitas, desde 2011, às reduções remuneratórias estatuídas pelas Leis do OE.

Refira-se que **os encargos sociais acarretam um custo não incluído no plafond atribuído aos Grupos Parlamentares**, nomeadamente com as contribuições obrigatórias da entidade patronal (Segurança Social, CGA - desde 2008 - e ADSE - desde 2011), conforme valores que, de seguida, se apresentam, tendo-se verificado um aumento do encargo de 2014, face ao de 2013, em virtude da suspensão das reduções remuneratórias durante o período de 1 de junho a 12 de setembro:

Anos	Segurança Social	Var%
2008	€1.064.797,00	n.a.
2009	€1.130.698,00	6,2%
2010	€1.346.689,51	19,1%
2011	€1.341.101,88	-0,4%
2012	€1.200.820,18	-10,5%
2013	€1.401.023,85	16,7%
2014	€1.457.310,70	4,0%

## 2.2 Comissões parlamentares

Durante o ano de 2014 os recursos humanos e financeiros alocados à Divisão de Apoio às Comissões (DAC) destinaram-se, naturalmente, ao apoio técnico prestado aos trabalhos das **12 comissões parlamentares especializadas permanentes** e das **6 comissões eventuais** que funcionaram naquele período, tendo ainda sido dado apoio ao **Grupo de Trabalho para Análise da Problemática dos Incêndios Florestais**, de acordo com o elenco infra.

### Comissões Especializadas Permanentes

1.ª - Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias
2.ª - Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas
3.ª - Comissão de Defesa Nacional
4.ª - Comissão de Assuntos Europeus
5.ª - Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública
6.ª - Comissão de Economia e Obras Públicas
7.ª - Comissão de Agricultura e Mar
8.ª - Comissão de Educação, Ciência e Cultura
9.ª - Comissão de Saúde
10.ª - Comissão de Segurança Social e Trabalho
11.ª - Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local
12.ª - Comissão para a Ética, Cidadania e Comunicação

### Comissões eventuais

Comissão Eventual para Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal
X Comissão Parlamentar de Inquérito à Tragédia de Camarate
Comissão Parlamentar de Inquérito à Celebração de Contratos de Gestão de Risco Financeiro por Empresas do Sector Público
Comissão Parlamentar de Inquérito para Apuramento das Responsabilidades pelas Decisões que Conduziram ao Processo de Subconcessão dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo
Comissão Parlamentar de Inquérito aos Programas Relativos à Aquisição de Equipamentos Militares (EH-101, P-3 Orion, C-295, torpedos, F-16, submarinos, Pandur II)
Comissão Parlamentar de Inquérito à gestão do BES e do Grupo Espírito Santo
Comissão Eventual para a Revisão Constitucional

## Grupo de Trabalho da Assembleia da República

Grupo de Trabalho para Análise da Problemática dos Incêndios Florestais

Antes de mais, é de salientar o aumento verificado, dado que das 16 comissões existentes em 2013, passou-se, em 2014, a **19 Comissões** e **um Grupo de Trabalho autónomo**, para além dos **55 grupos de trabalho que funcionaram no âmbito das comissões**.

Cumprindo as competências que lhes estão adstritas nos termos legais, as comissões parlamentares, para além da apreciação e votação de iniciativas legislativas e do acompanhamento e fiscalização da atividade do Governo e da Administração, levaram a cabo eventos diversos – **colóquios, conferências e seminários, num total de 42**.

Importa ainda destacar as **208 deslocações** que as comissões parlamentares (através de uma sua delegação ou da participação dos seus membros) levaram a cabo durante o ano de 2013, concretizando visitas e deslocações constantes dos seus planos de trabalhos, correspondendo a convites de entidades externas ou participando em reuniões de organizações internacionais.

### **2.3 Relações Parlamentares Internacionais**

No domínio das organizações internacionais e interparlamentares das quais a Assembleia da República é membro, e no âmbito das relações com outros parlamentos nacionais, cumpre salientar que a Presidente da Assembleia da República, Maria da Assunção Esteves, exerceu o cargo de Presidente do Bureau da Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo (AP-UpM) no âmbito do mandato 2014/2015. O mandato da presença Assembleia da República no Bureau terminará apenas em março de 2016. No âmbito da Presidência da AP-UpM, refira-se a participação da Senhora Presidente numa *Fact-Finding Mission* a Lampedusa para marcar o dia 3 de outubro, data comemorativa da morte em 2013 de cerca de 300 emigrantes clandestinos no Mar do Mediterrâneo. Esta iniciativa contou também com a presença do Presidente do Parlamento Europeu, Martin Schulz, e da Presidente da Câmara dos Representantes de Itália, Laura Boldrini.

Destaca-se ainda a participação do Vice-Presidente da AR Guilherme Silva (PSD), em representação da Presidente da AR, na 10ª Assembleia Plenária da Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo, que se realizou no Mar Morto (Jordânia), onde recebeu o mandato para a Presidência desta Assembleia Parlamentar 2014/2015. O Vice-Presidente da AR, Deputado Guilherme Silva (PSD), também em representação da Presidente da AR, participou na V Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP), que



decorreu em Díli em março. O Presidente da Delegação da Assembleia da República à Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (APCE), Deputado Mota Amaral (PSD) participou, em representação da Presidente da AR, na Conferência Europeia de Presidentes de Parlamento, coorganizada por esta Assembleia Parlamentar e pelo Parlamento da Noruega, que decorreu em Oslo, a 11 e 12 de setembro. Registe-se ainda a participação do Deputado António Rodrigues (PSD), em representação da Presidente da Assembleia da República, na reunião anual da Organização Internacional para a Migração (OIM), que se realizou em Genebra, a 25 de novembro.

No âmbito da APOSCE foram nomeados os seguintes Deputados para chefiarem missões de observação eleitoral:

- Deputado Adão Silva (PSD) – Missão de Observação das Eleições Legislativas na Hungria;
- Deputado João Soares (PS) – Missão de Observação das Eleições Presidenciais na Ucrânia;
- Deputada Isabel Santos (PS) – Missão de Observação das Eleições Legislativas na Antiga República Jugoslava da Macedónia e nos Estados Unidos da América.

Foram ainda designados na APCE:

- O Deputado João Bosco Mota Amaral (PSD) Membro da Comissão para o Respeito das Obrigações e Compromissos dos Estados-membros do Conselho da Europa;
- Deputada Maria de Belém Roseira (PS) - Representante da AR na "Rede de Parlamentares de Referência para a Campanha do Conselho da Europa contra a violência sexual relativa às crianças" (Convenção de Lanzarote);
- O Deputado José Mendes Bota (PSD) desempenhou, até 30 de novembro, os cargos de Relator-Geral sobre a Violência contra as Mulheres e Coordenador Político da "Rede Parlamentar Mulheres Livres de Violência";
- O Deputado Carlos Costa Neves (PSD) Representante suplente da Comissão de Cultura, Ciência, Educação e Media, no Conselho Executivo do Centro Europeu para a Interdependência e a Solidariedade Mundiais (Centro Norte-Sul de Lisboa).

A eleição e nomeação de Deputados portugueses para os cargos acima identificados é o resultado de uma diplomacia parlamentar ativa e consolidada que contribui para a projeção da imagem do Parlamento português.

**2.3.1.** No âmbito das deslocações ao estrangeiro realizadas pela **Presidente da Assembleia da República** durante o ano de 2014, referem-se as seguintes:

- Reuniões com Instituições Europeias - Bruxelas, em março;
- Colóquio "L'Europe en Question" na "Cit  Universitaire Internationale - Paris, em setembro;
- Conferência organizada pelo Parlamento italiano em homenagem   memória dos 300 migrantes mortos em outubro 2013 – Cat nia e Lampedusa, em outubro.

**2.3.2.** A atividade das Delega es da AR, durante 2014, junto das organiza es parlamentares internacionais teve resultados diretos no que se refere ao **exercício de cargos desempenhados por Deputados portugueses**. Assim:

- A Deputada Isabel Santos (PS) foi reeleita Presidente da Comissão para a Democracia, Direitos Humanos e Assuntos Humanitários da APOSCE;
- O Deputado João Soares (PS) continuou a exercer o cargo de Representante Especial para a região do Cáucaso e foi nomeado Presidente da Subcomissão para a Transparência e Reforma da APOSCE;
- A Deputada Nilza de Sena (PSD) foi reeleita Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econ micos, Ciência, Tecnologia e Ambiente da APOSCE;
- A Deputada Maria da Concei o Pereira (PSD), continuou a exercer o cargo de Vice-Presidente da APM e Presidente da III Comissão - Diálogo entre Civiliza es e Direitos Humanos;
- O Deputado José Lello (PS) foi eleito Presidente da Comissão Política da APNATO;
- O Deputado Miranda Calha (PS) foi reeleito Relator-Geral da Comissão de Defesa e Segurança, da APNATO;
- O Deputado Vitalino Canas (PS) foi eleito Presidente da Comissão para a Dimensão Civil da Segurança da APNATO;
- O Deputado João Rebelo (CDS-PP) foi reeleito Vice-Presidente da Subcomissão para o Futuro das Capacidades de Segurança e Defesa da APNATO;
- O Deputado Mota Amaral (PSD) foi reeleito Vice-Presidente do Grupo do Partido Popular Europeu (PPE/DC) da APCE;
- O Deputado José Mendes Bota (PSD) foi reeleito 1  Vice-Presidente da Comissão de Igualdade e Não-Discrimina o da APCE;

- O Deputado António Braga (PS) foi eleito Presidente da Subcomissão de Cooperação com os Países de Origem e de Trânsito Não Europeus e ainda eleito Vice-Presidente do Grupo Socialista da APCE;
- A Deputada Rosa Maria Albernaz (PS) continuou a exercer o mandato de Presidente do Grupo de Facilitadores para a Questão do Chipre da União Interparlamentar (UIP);
- O Deputado Duarte Pacheco (PSD) foi eleito membro do Bureau da Comissão Permanente de Paz e Segurança Internacional (UIP).

**2.3.3 Não integradas em delegações parlamentares permanentes**, algumas das quais já anteriormente referidas, contabilizam-se 223 deslocações, entre Deputados e funcionários, das quais se destacam 64 sem despesas de alojamento e transporte, resultado da designação de Deputados e funcionários para missões custeadas por organizações internacionais.

Constam do Quadro 8 alguns indicadores relativos à globalidade das despesas com deslocações ao estrangeiro (viagens e estadas), cuja contabilização se encontra distribuída por várias subactividades (“**Comissões Parlamentares**”, “**Deslocações ao estrangeiro**”, “**Grupos Parlamentares de Amizade**”, “**Serviços da AR**” e “**Cooperação**”):

**Quadro 8 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM DESLOCAÇÕES AO ESTRANGEIRO**

Unidade: Euro

	2011	2012	2013	2014
N.º de deslocações	311	453	472	499
Despesa assumida	758.228	902.862	949.441	1.019.485
Despesa/deslocação	<b>2.438</b>	<b>1.993</b>	<b>2.012</b>	<b>2.043</b>

Importa referir que as despesas com deslocações ao estrangeiro, que incluem viagens e alojamentos, refletem um aumento de 5,7% no número de viagens de 2013 (472) para 2014 (499), estando associado um aumento de 1,57% das despesas inerentes.

**2.3.4.** No ano de 2014 funcionaram 52 **Grupos Parlamentares de Amizade** (GPA), no âmbito bilateral, e 1 Grupo Parlamentar de Amizade no quadro multilateral. Das diversas iniciativas desenvolvidas, salientam-se as seguintes:

- O GPA Portugal-Israel coordenou as Comemorações do Dia da Memória do Holocausto que decorreram na Assembleia da República no dia 29 de janeiro.
- O Grupo Parlamentar Português sobre População e Desenvolvimento (GPPsPD) promoveu a realização de diversos eventos na Assembleia da República, destacado-se a Consulta Parlamentar sobre “Agendas Inacabadas do Programa de Ação do Cairo e

dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio no quadro da Cooperação para o Desenvolvimento da Saúde Sexual e Reprodutiva e Igualdade de Género" realizada no Auditório do Edifício Novo, em março;

- Uma delegação do Grupo de Amizade Arábia Saudita – Portugal efetuou uma visita oficial a Lisboa, de 25 de maio a 1 de junho.
- O GPA Portugal-China, em colaboração com a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas realizou na Assembleia da República, a 3 junho um Colóquio Parlamentar por ocasião do 35º aniversário das relações diplomáticas entre a República Portuguesa e a República Popular da China;
- No mesmo mês, o GPA Portugal-Reino Unido visitou Londres, em Missão Oficial, a convite do All-Party Parliamentary Group for Portugal;
- O GPA Portugal-Guiné-Bissau decidiu, na reunião de 10 de julho de 2014, propor à Presidente da AR a reativação do Grupo, considerando estarem reunidas as condições de restabelecimento da ordem democrática e constitucional. A atividade do GPA estava suspensa desde 28 de junho de 2012;
- Em outubro, uma delegação do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-França deslocou-se em missão oficial a França, a convite do GPA homólogo, tendo tido diversos encontros oficiais em Paris, e em Clermont-Ferrand;
- No mesmo mês, o GPA Portugal-Polónia visitou Cracóvia e Varsóvia, em Missão Oficial, a convite do Grupo homólogo.

Das atividades destes Grupos resultou, no ano de 2014, um conjunto de 203 reuniões.

Evolução dos Grupos Parlamentares de Amizade	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Nº de Grupos existentes	33	41	41	46	51	53
Nº de Reuniões realizadas	29	128	42	201	224	203

## 2.4 Cerimónias, receção de Delegações e de Entidades Oficiais e outras reuniões

No plano das relações externas assegurou-se a organização de reuniões e conferências promovidas pelo Presidente da Assembleia da República, pelas Comissões Parlamentares, pelas Delegações da AR a organizações parlamentares internacionais ou por entidades exteriores, com o patrocínio da Assembleia da República.

**2.4.1.** No plano das **relações internacionais multilaterais**, organizaram-se 14 eventos e no plano das **relações internacionais bilaterais** realizaram-se 8 cerimónias de boas vindas, além de visitarem a Assembleia da República 29 delegações internacionais.



**2.4.2.** A Senhora **Presidente da Assembleia da República concedeu 63 audiências a diversas entidades nacionais e estrangeiras.**

**2.4.3.** No **plano nacional** destacam-se ainda a organização de 5 cerimónias de posse, 69 iniciativas e 18 cerimónias comemorativas e de homenagem.

## 2.5 Outros Encargos Parlamentares

A subatividade “**Outros Encargos Parlamentares**”, no OAR2014, engloba apenas os montantes de despesa relativos às **quotizações de organizações internacionais**, representando 0,30% dos encargos globais assumidos, (cf. Quadro 4 supra).

Os encargos assumidos em 2014 nesta subatividade, num total de €178.879,39, apresentam um decréscimo de 8,64% relativamente ao ano anterior (-€16.916,60), refletindo-se a distribuição destes encargos pelas diversas organizações internacionais de que a Assembleia da República é membro, nos seguintes termos:

**Quadro 9 – QUOTIZAÇÕES INTERNACIONAIS**

Unidade: Euro

ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	2013	2014	Var%
UIP	69.218,24	61.138,96	-11,67%
UIP – Grupo Doze Mais	596,00	596,00	0,00%
APCE	10.000,00	10.000,00	0,00%
APNATO	35.128,00	35.128,00	0,00%
APOSCE	29.361,00	29.694,00	1,13%
ASG UIP	407,17	409,94	0,68%
APM	37.700,00	37.700,00	0,00%
Contrib. anual IPEX	2.014,00	1.942,00	-3,57%
Secretariado COSAC	1.309,08	1.185,49	-9,44%
AP - UpM	8.992,00	0,00	n.a
Várias	1.070,50	1.085,00	1,35%
<b>Total</b>	<b>195.795,99</b>	<b>178.879,39</b>	<b>-8,64%</b>

## 3. Atividades de Apoio

Conforme Quadro 4 supra, as “**Atividades de Apoio**” corresponderam, em 2014, a 42,33% do total dos encargos assumidos (correntes e de capital), destacando-se a subatividade “**Serviços da Assembleia da República**” como a mais representativa na estrutura de despesa, com 59,62% do conjunto dos encargos assumidos ao nível do respetivo agrupamento (Quadro 10 seguinte).

**Quadro 10 – ENCARGOS COM AS “ATIVIDADES DE APOIO”**

Unidade: Euro

Atividades de Apoio	OAR2014	Encargos assumidos		
	Corrigido	montante	GR%	Estrutura
	1	2	3=2/1	4=2/Σ2
Serviços da Assembleia da República	16.329.370,61	14.989.481,30	91,79%	59,62%
Gabinete do Secretário-Geral	522.429,00	498.760,91	95,47%	1,98%
Formação	153.219,00	83.109,92	54,24%	0,33%
Ação Social	493.000,00	297.629,82	60,37%	1,18%
Despesas de Funcionamento	10.838.057,12	9.151.579,00	84,44%	36,40%
Gabinete Médico	128.947,00	122.866,44	95,28%	0,49%
<b>TOTAL</b>	<b>28.465.022,73</b>	<b>25.143.427,39</b>	<b>88,33%</b>	<b>100,00%</b>

O ligeiro acréscimo de 0,38% dos encargos assumidos com as “**Atividades de Apoio**” (Quadro 11) reflete sobretudo o aumento de encargos ao nível da subatividade “**Gabinete do Secretário-Geral**” (16,74%), pelo facto de em 2013 o quadro de pessoal desse gabinete não se encontrar completo.

**Quadro 11 – EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM “ATIVIDADES DE APOIO”**

Unidade: Euro

Atividades de Apoio	Encargos Assumidos		Var%
	2013	2014	
Serviços da Assembleia da República	15.059.817,59	14.989.481,30	-0,47%
Gabinete do Secretário-Geral	427.238,63	498.760,91	16,74%
Formação	63.215,74	83.109,92	31,47%
Ação Social	254.804,66	297.629,82	16,81%
Despesas de Funcionamento	9.124.007,91	9.151.579,00	0,30%
Gabinete Médico	119.209,29	122.866,44	3,07%
<b>TOTAL</b>	<b>25.048.293,82</b>	<b>25.143.427,39</b>	<b>0,38%</b>

### 3.1 Gestão das Atividades de Apoio

No ano de 2014, a gestão das várias “**Atividades de Apoio**” continuou a pautar-se por objetivos direcionados a uma contínua racionalização de recursos, à melhoria dos instrumentos de controlo de gestão, ao aproveitamento e rentabilização dos espaços existentes com vista a melhorar as condições de trabalho e beneficiar as instalações, à abertura do Parlamento ao cidadão, à conservação do património imobiliário da AR com a finalidade de criar condições de segurança e, ainda, à adoção de medidas com vista à melhoria ambiental.

**3.1.1.** No que se refere à **racionalização e melhoria dos instrumentos de controlo de gestão**, sublinha-se a utilização eficiente e otimizada dos recursos disponíveis, concretizando-se nas seguintes ações:

- Nas múltiplas áreas de atuação e intervenção pela procura da excelência e prontidão na **resolução de problemas surgidos/solicitações externas**, assumindo uma constante

atitude de vigilância e prevenção de potenciais situações problemáticas, procurando a sua resolução por antecipação e aumentando a rapidez e a eficácia na correção de problemas surgidos. Para este programa, as ações passaram por:

- ✓ Aperfeiçoamento dos modelos relativos aos procedimentos concursais disponibilizados no SIGAR;
  - ✓ Continuação do processo de desmaterialização da despesa e a sua interação com as fases dos procedimentos concursais;
  - ✓ Conclusão da validação das outras requisições eletrónicas, designadamente: requisições de papel; requisições à reprografia e requisições de assistência técnica e manutenção.
- **Continuidade de processos**, inseridos em múltiplas áreas de atuação e **assentes em princípios de economia, eficiência e eficácia**, nomeadamente:
    - ✓ Resposta às requisições de bens móveis e de consumíveis, com a inerente gestão de *stocks*, incluindo a manutenção atualizada de um inventário geral de bens móveis e imóveis da Assembleia;
    - ✓ Aplicação de procedimentos de controlo interno no armazém do economato, designadamente contagens semestrais e anuais aos artigos existentes em armazém, acompanhadas de instruções de contagem e de ações/tarefas a desenvolver;
    - ✓ Aplicação das regras de contenção nos consumos de artigos disponíveis em armazém, previstas no regulamento do Armazém, têm contribuído para uma redução significativa nos consumos/custos de todos os Serviços da Assembleia da República, Gabinetes e Grupos Parlamentares;
    - ✓ Abertura e sequência de procedimentos de aquisição de bens e serviços e de empreitadas de obras públicas, bem como do respetivo acompanhamento e fiscalização;
    - ✓ Gestão continuada dos instrumentos contratuais de manutenção global ou parcial, com propostas de atualização, renovação ou não renovação dos mesmos;
    - ✓ Elaboração de estatísticas periódicas acerca de consumos;

- ✓ Divulgação de linhas orientadoras para aplicação de reduções aos preços contratuais previstas pela Lei do OE/2014. A referida divulgação foi acompanhada de formação geral a todos os SAR, considerando o modelo de descentralização de compras da AR;
- ✓ Concretização e formalização, em conjunto com o GARIP, de um acordo quadro no fornecimento de viagens e alojamentos à Assembleia da República, com vista à obtenção de redução de custos em face da contínua concorrência entre as agências de viagens;
- ✓ Agregação e centralização da gestão da carteira de seguros da Assembleia da República, no final de 2014, após realização concurso público;
- ✓ Contínuo controlo, acompanhamento e correção de processos de aquisição no SIGAR – na vertente do aprovisionamento - dos vários serviços que registam diariamente as suas aquisições.

**3.1.2** No que se refere à **política ambiental**, salienta-se que os imóveis da AR, designadamente, os edifícios da Casa Amarela, Novo Edifício e Edifício D. Carlos se encontram devidamente certificados pela ADENE - Agência para a Energia apresentando a classificação de BOM de acordo com os padrões regulamentares.

No ano de 2014, em conformidade com o plano de atividades, foi adjudicada a execução da prestação do serviço de "Diagnóstico, avaliação e plano de ação de sustentabilidade ambiental eco-eficiente" com conclusão prevista para o final do 1º trimestre de 2015.

A realização de uma auditoria energética e ambiental visa, não apenas implementar um sistema de certificação energética, mas também avaliar o desempenho, dos sistemas de climatização que devem assegurar uma boa qualidade do ar interior (QAI).

Neste âmbito, a AR tem continuado a adotar uma política ambiental cuidada e consciente procurando a racionalização de consumos e custos, através das seguintes medidas:

- Em situações de avarias em torneiras e autoclismos tem-se aproveitado para instalar dispositivos de menor caudal e mesma eficiência, poupando-se assim um volume considerável de água;
- Acelerou-se a substituição de lâmpadas clássicas por lâmpadas de baixo consumo. No Palácio de São Bento, por exemplo, o número de lâmpadas incandescentes é já inferior a 0,1% do total.

- Alterou-se o horário de funcionamento de alguns equipamentos de ar condicionado no Palácio de São Bento, através do sistema de gestão centralizado, o que permite que esses aparelhos estejam desligados mais horas em períodos de inexistência de atividades parlamentares.
- Iniciou-se o processo de substituição das atuais caldeiras de aquecimento central e de abastecimento de água quente aos sistemas de ar condicionado centralizado. Está-se em fase de consulta aos projetistas prevendo-se que as novas instalações venham a ser abastecidas a gás natural em vez do atual gasóleo.
- Continuação das intervenções que visam:
  - Colocar temporizadores em diversos equipamentos de ar condicionado tipo split;
  - Substituir equipamentos de ar condicionado que se encontravam obsoletos, com incapacidade térmica e ineficiência energética, por aparelhos de nova geração, com melhor gestão e que funcionam a gás R407 ou R410 (os equipamentos antigos funcionavam a gás R22, cuja proibição de venda na EU está já em vigor);
  - Adquirir unidades de ar condicionado de gama de consumo A, por serem energeticamente mais eficientes.
- Reforçar o acompanhamento do processo de reciclagem de resíduos, através de uma maior sistematização da tramitação das Guias de Acompanhamentos de Resíduos (GAR), nomeadamente em áreas como a reciclagem de toneres/tinteiros, pilhas e baterias, lâmpadas, resíduos de construção e demolição, águas oleosas, entre outros.

**3.1.3.** As **visitas guiadas**, apresentam o Parlamento e o Palácio de S. Bento numa perspetiva pedagógica e de informação para a cidadania, de forma participada e interativa.

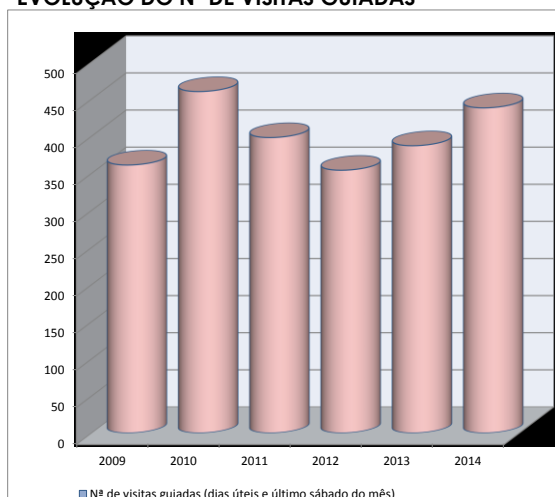
Em 2014 manteve-se o formato das visitas nos últimos anos, com visitas guiadas em dias úteis e no último sábado do mês, tendo em conta a necessária adaptação de percurso e conteúdos motivada pela abertura do Centro de Acolhimento ao Cidadão.

Em 2014 foram realizadas **438 visitas guiadas** no total, 421 em dias úteis e 17 aos sábados. Em relação a 2013, regista-se um aumento de 12% (+51) no número de visitas guiadas realizadas. Importa referir que este crescimento tem vindo a ser permanente - em relação a 2012 verificou-se um aumento de 20% - demonstrando o crescente interesse dos grupos organizados em conhecer o Parlamento e dos Deputados em dar a conhecer aos seus convidados este órgão de soberania.

No que respeita ao número de visitantes, as visitas guiadas foram integradas por **13 816 cidadãos**, o que representa um acréscimo de 10% em relação a 2013.

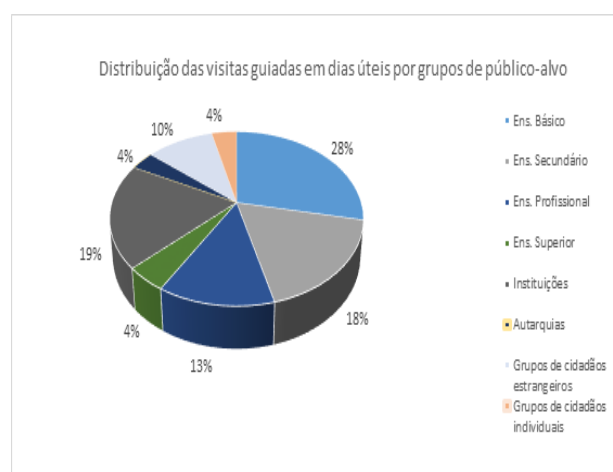
**Gráfico 5.1**

**EVOLUÇÃO DO Nº DE VISITAS GUIADAS**



**Gráfico 5.2**

**DISTRIBUIÇÃO POR GRUPOS DE PÚBLICO-ALVO (DIAS ÚTEIS)**

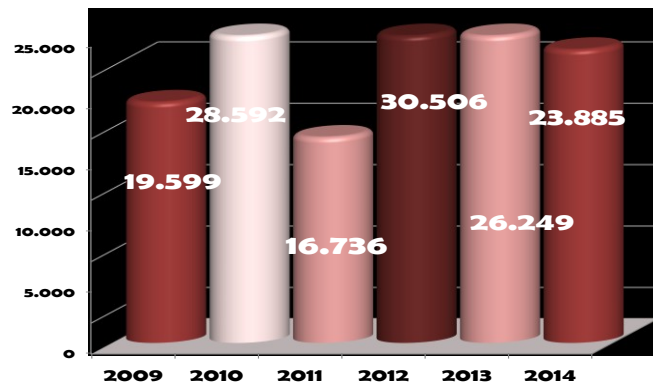


À semelhança de anos anteriores, a Assembleia da República celebrou nos dias 28 e 29 de setembro as **Jornadas Europeias do Património** (JEP), desta vez dedicadas ao tema “Património, sempre uma descoberta”, abrindo as suas portas a mais de 3049 pessoas. As visitas livres foram complementadas com um conjunto de eventos lúdico-culturais, de que se destacam as oficinas artísticas “Um Palácio desdobrado em histórias” e “Construção de marionetas”, o jogo de pista, as atividades lúdicas “Trajados a rigor” e “Contos n(d)o Palácio”, os jogos tradicionais e a pista integrada “Descobrir o património em segurança”.

Há cinco anos que, com a iniciativa “**Parlamento de Porta Aberta**”, os cidadãos são convidados a visitar o Palácio de S. Bento na tarde do dia 25 de Abril. Em 2014, com as comemorações dos 40 anos do Dia da Liberdade, e incidindo o dia 25 sobre uma sexta-feira, optou-se por abrir o Palácio de S. Bento, não só nessa tarde, mas também durante os dias 26 e 27, ou seja todo o fim-de-semana, contando-se com a participação de 4 064 visitantes.

**Gráfico 6**

**EVOLUÇÃO DE ASSISTÊNCIAS A SESSÕES PLENÁRIAS**



**23.885 cidadãos assistiram às sessões plenárias**, verificando-se uma diminuição de cerca de 10% relativamente ao número do ano anterior.

O **portal internet** da Assembleia da República, [www.parlamento.pt](http://www.parlamento.pt), continua a ser o veículo de comunicação mais abrangente, difundindo toda a atividade parlamentar que decorre no Parlamento, a cada momento.

Em termos estatísticos, o total de visitantes do portal foi de 2 652 554, o que representa uma média mensal de 221 046 acessos, mantendo-se a tendência de crescimento verificada nos últimos anos.

No que respeita ao **Boletim Informativo**, pelo facto de disponibilizar informação essencial sobre as atividades do Parlamento, de forma permanente e atualizada, continua a ser um recurso de referência e grande utilidade, em particular para os órgãos de comunicação social, tendo registado uma acentuada evolução nos últimos quatro anos: ao nível do formato, que passou a ser exclusivamente eletrónico; a incluir diferentes tipos de vistas, bem como a possibilidade de subscrição de conteúdos e de pesquisa de informação; ao nível dos conteúdos, o carregamento foi descentralizado por vários serviços.

Manteve-se ainda a publicação da **ComunicAR**, uma *newsletter* mensal de toda a atividade parlamentar, distribuída para mais de 25.000 endereços de correio eletrónico.

**3.1.4** O programa **Parlamento dos Jovens** é uma iniciativa da Assembleia da República, dirigida aos jovens dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, de escolas do ensino público, privado e cooperativo do Continente, das Regiões Autónomas e dos Círculos da Europa e de Fora da Europa, que culmina com a realização de duas Sessões Nacionais na AR.

Cabe à Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura definir as orientações para o programa, cuja execução se desenvolve em parceria com as seguintes entidades: Ministério da Educação e Ciência, através da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas, Instituto Português do Desporto e Juventude, Direções Regionais da Educação e da Juventude da Região Autónoma dos Açores e Direções Regionais de Educação e de Juventude e Desporto da Região Autónoma da Madeira. No ano em apreço, foram lançadas as bases para a assinatura de um protocolo entre estas entidades, que visa definir os termos de cooperação e consolidar as competências de cada parceiro relativamente ao programa.

A coordenação geral do programa é assegurada pela Equipa Parlamento dos Jovens, que se encontra na dependência direta do Gabinete do Secretário-Geral.

Em 2014, a calendarização das ações do programa e a sua subsequente concretização, com particular realce para o apoio e empenhamento dos representantes das entidades parceiras, abrangeu a participação de 760 escolas, 368 do ensino básico e 392 do ensino secundário. Mais de 164 000 alunos estiveram envolvidos no programa, nomeadamente na fase escolar, entre participantes nas listas eleitorais e votantes, o que é revelador do impacto, interesse e envolvimento da comunidade educativa, como, de resto, se pode aferir pelo quadro seguinte:

	BÁSICO			SECUNDÁRIO			TOTAIS B+S	TOTAIS B+S	TOTAIS B+S
	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014
Edições do Parlamento dos Jovens									
Escolas participantes	426	374	368	371	363	392	797	737	760
Turmas envolvidas	2030	2010	1390	3498	3445	917	5528	5455	2307
Alunos participantes nas listas eleitorais	17253	17132	12224	9626	9326	7304	26879	26458	19528
Votantes nas eleições para as Sessões Escolares	98674	98372	84052	59109	58209	60566	157783	156581	144618
Deputados eleitos para as Sessões Escolares	8189	8179	6543	5859	5639	5994	14048	13818	12537
Alunos participantes nas Sessões Distritais e Regionais	1329	1232	1168	1216	1212	1252	14545	2444	2420
N.º de escolas eleitas para a Sessão Nacional	65	65	64	64	64	63	129	129	127
N.º de alunos eleitos para a Sessão Nacional	130	130	128	128	128	130	258	258	258

De salientar ainda a presença da Escola Portuguesa Ruy Cinatti – Díli, em representação do círculo de Fora da Europa na edição do ensino secundário.



### **Participação dos Deputados**

A Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura coordenou a participação dos Deputados da Assembleia da República nos debates, a convite das escolas, que se realizaram entre novembro de 2013 e fevereiro de 2014, dando resposta aos 322 convites endereçados pelas escolas, tendo-se registado a presença de Deputados de todos os Grupos Parlamentares em 97,6% dos debates.

**3.1.5** A atividade de **Tradução** da Assembleia da República desenvolveu-se, no ano de 2014, nas vertentes de tradução e revisão de textos em oito línguas de trabalho (português, inglês, francês, espanhol, alemão, árabe, italiano, e russo), bem como do apoio linguístico, nomeadamente em documentação de apoio a conferências e reuniões de assembleias parlamentares, documentação relativa a comissões parlamentares de inquérito, apresentações de diapositivos para delegações estrangeiras, intervenções de deputados, legislação e nomenclatura de legislação específica, pareceres da Comissão de Assuntos Europeus, questionários, relatórios, textos relativos a peças do Museu, programas, correspondência, etc.

## **4. Atividade Editorial**

Em 2014, a Assembleia da República deu continuidade à atividade cultural e editorial que tem vindo a ser desenvolvida e que se traduziu na edição de livros, brochuras, folhetos, postais, convites e outros materiais promocionais; na produção de peças e artigos evocativos do Parlamento; na gestão de ofertas institucionais e de comercialização de artigos; na gestão de stocks e dos armazéns de peças e publicações; na organização de sessões de lançamento de livros e na divulgação do Parlamento através da Livraria Parlamentar e da participação na Feira do Livro de Lisboa.

Foram editados nove livros:

*João Pereira Bastos: o sonho de um exército republicano* / Luís Alves de Fraga e Maria Alice Samara (março)

*João Marcelino Arroio: vida parlamentar* / Zília Osório de Castro (março)

*Álvaro de Castro: "jovem turco" da República* / Ana Catarina Pinto (março)

*O nascimento de uma democracia 1974-1976* / coord. José Pacheco Pereira (abril)

*Dicionário de história da I República e do republicanismo*, volume 2 (maio)

*O nascimento de uma democracia 1974-1976 – 2.ª edição aumentada* (junho)

*Afonso Costa: o orador parlamentar* / Paulo Guinote (julho)



*Ramada Curto – Republicano, socialista, laico, de Luís Farinha (outubro)*

*Dicionário de história da I República e do republicanismo, volume 3 (dezembro)*

Foram, ainda, desenvolvidos trabalhos de criação da imagem gráfica e produção de materiais (anúncios, cartazes, convites, sinalética, programas, folhetos, *banners* para o portal da AR) para os eventos que tiveram lugar no Parlamento, destacando-se os trabalhos desenvolvidos para as Comemorações dos 40 Anos do 25 de Abril, a evocação dos 100 Anos da Grande Guerra, a página do Facebook Parlamento Cultural, o boletim ComunicAR, o Parlamento dos Jovens e as Jornadas Europeias do Património. Foram ainda concebidas e produzidas telas com a programação cultural mensal para colocação na fachada do Palácio de S. Bento.

Em 2014, foi lançado um concurso para estudantes de *design* para a conceção da imagem gráfica dos 40 Anos da Assembleia Constituinte e da Constituição de 1976.

Foram editadas 16 brochuras, salientando-se as seguintes: *António Marques Júnior: Homenagem ao “Deputado Capitão de Abril”* (abril), *Concessão de honras de Panteão Nacional a Sophia de Mello Breyner Andresen* (junho), *125 anos da União Interparlamentar: intervenções e delegações da Assembleia da República* (setembro), *Portugal e a Grande Guerra* (outubro), e *Nadir Afonso: anos 70* (novembro).

Foram organizadas as seguintes exposições, tendo-se ainda colaborado na organização, revisão e montagem da exposição 40 anos de eleições e referendos da Comissão Nacional de Eleições:

*O nascimento de uma democracia 1974-1976* (abril-agosto)

*35.º aniversário das relações diplomáticas Portugal-China* (junho)

*125 Anos da União Interparlamentar* (setembro)

*Portugal e a Grande Guerra* (outubro-dezembro)

Manteve-se a participação na Feira do Livro de Lisboa (maio-junho). Para o pavilhão da Feira do Livro foi utilizada a imagem da exposição *O nascimento de uma democracia 1974-1976*, na altura patente no Palácio de São Bento.

A Divisão de Edições assegurou a gestão das ofertas institucionais, tendo participado no processo de implantação de um novo módulo de requisições no SIGAR (*stocks*).

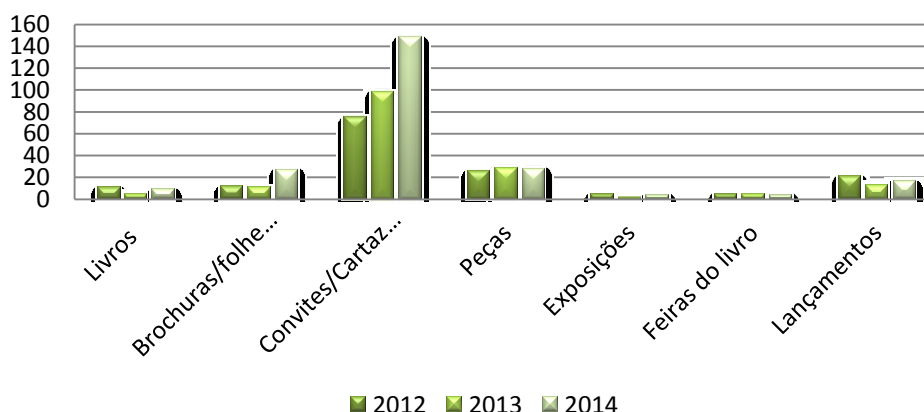
Na sequência do contrato assinado em 2013 com a Imprensa Nacional Casa da Moeda, teve início o processo de distribuição das obras editadas pela AR pelas livrarias nacionais.

**Quadro 12 – LANÇAMENTOS EDITORIAIS**

ATIVIDADE EDITORIAL 2014	
<b>Livros</b>	
Impressos	9
<b>Material promocional e de apoio aos eventos parlamentares</b>	
Brochuras, folhetos	27
Postais, marcadores, convites, cartazes, anúncios	148
<b>Peças e merchandising</b>	
Peças novas: porcelanas, cortiças, papelaria	19
Peças (reedições)	9
<b>Feiras do livro</b>	
Lisboa e Livraria Parlamentar	4
<b>Lançamentos de livros</b>	
Exposições (organização e colaboração)	4

A contenção orçamental que a AR vem mantendo, desde 2010, refletiu-se na natural redução dos custos desta atividade.

**Gráfico 7 – EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE EDITORIAL**



## 5. Cooperação Interparlamentar

### 5.1 Bilateral

No âmbito da Cooperação estabelecida com os Parlamentos de Língua Portuguesa, durante o ano de 2014, importa salientar a assinatura do Programa de Cooperação Parlamentar entre a Assembleia da República de Portugal e a Assembleia da República de Moçambique.

Ao nível das atividades desenvolvidas durante o ano de 2014, ao abrigo dos vários Programas de Cooperação Parlamentar realizaram-se as seguintes ações de cooperação com 4 Parlamentos de língua Portuguesa:



- **Assembleia Nacional de Cabo Verde (ANCV) – 12 ações**
- **Assembleia da República de Moçambique (ARM) – 6 ações**
- **Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe (ANSTP) – 6 ações**
- **Parlamento Nacional de Timor-Leste (PNTL) – 10 ações**

## **5.2 Multilateral**

No domínio da cooperação parlamentar multilateral, e enquadrado nas atividades da **Associação de Secretários-Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa (ASG-PLP)**, a Assembleia da República organizou o I Encontro Interparlamentar de Quadros de Gestão Patrimonial dos Parlamentos dos Países de Língua Portuguesa (Lisboa), 7 a 11 de julho.

Igualmente no âmbito das atividades da ASG-PLP, decorreu em Brasília, de 18 a 22 de agosto, o IX Encontro dos Quadros Informáticos dos Países de Língua Portuguesa, organizado pela Câmara dos Deputados do Brasil, no qual a AR esteve representada.

O XV Encontro da ASG-PLP decorreu, em Brasília, de 8 a 10 de setembro, sob a presidência do Diretor-Geral da Câmara dos Deputados do Brasil, tendo como tema principal "Parlamento e Sociedade", e com a participação dos Secretários-Gerais e representantes dos Parlamentos de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e Timor-Leste.

## **6. Gestão das Tecnologias de Informação**

Os trabalhos desenvolvidos em 2014 foram alinhados pela necessidade de dar resposta às orientações emanadas no relatório final de Consultoria ao Sistema Informático da AR, aprovadas em Conselho de Administração em abril de 2013, e pela necessidade de assegurar a continuidade de serviços imprescindíveis ao normal funcionamento deste Órgão de Soberania.

Neste período a evolução do SIAR foi condicionado pela necessidade de o conservar estruturalmente, quer ao nível aplicacional quer ao nível da infraestrutura física, dado estar a decorrer um processo de contratação de serviços de consultoria ao Sistema Informático da AR, iniciado em novembro de 2013, que determinará a evolução estratégica do Sistema Informático da Assembleia da República.

Os investimentos realizados dirigiram-se à concretização de projetos imprescindíveis para este Órgão de Soberania. Acresce ainda o esforço para a rentabilização dos investimentos

anteriormente realizados, através da implementação e disseminação de soluções que não requereram custos acrescidos.

Ainda assim foram concretizados projetos que contribuíram efetivamente para o reforço da segurança e para a melhoria dos serviços disponibilizados, tanto aos Serviços da AR como aos Gabinetes e Grupos Parlamentares.

**6.1. No âmbito da implementação de projetos críticos**, dado que asseguram a continuidade de serviços imprescindíveis ao normal funcionamento deste Órgão de Soberania, destacaram-se:

- **A aquisição de serviços de certificação eletrónica** - A obsolescência da solução tecnológica que suporta a Entidade Certificadora da AR e os elevados encargos necessários para a sua reformulação conduziram à procura de soluções alternativas viáveis e à consequente decisão de descontinuação da atividade de certificação digital na AR com a aquisição destes serviços a uma empresa especializada nesta área. Durante 2014 decorreu, para além do referido estudo de mercado, a decisão da solução mais adequada e o consequente concurso público visando a contratação e a operacionalização da solução adotada. Esta decisão resultará numa redução significativa dos valores de investimento e dos custos de operação.
- O concurso de **Comunicações Unificadas**, concluído no final de 2013, visou a centralização de vários contratos de comunicações existentes na AR e teve como objeto a disponibilização de comunicações fixas de voz e comunicações de voz e dados em equipamentos móveis. Este projeto conduziu a uma redução drástica nos custos de comunicações fixas e móveis desta Instituição.  
O projeto revestiu-se de uma complexidade significativa já que foi necessário operacionalizar a mudança da operadora de voz fixa. As atividades realizadas envolveram a instalação, atualização e testes de *hardware*, *software* e infraestrutura de rede de voz e de dados nos edifícios de São Bento, Edifício Novo e Edifício D. Carlos, Casa Amarela e Casa Azul.
- Atendendo a que havia servidores em situação de sobrecarga, afetando a sua capacidade de resposta, em 2014 concretizou-se o **Reforço da Infraestrutura** do sistema Informático da AR, que permitiu melhorar o desempenho dos servidores que suportam a maioria dos serviços de tecnologias de informação disponibilizados aos utilizadores.

**6.2. No âmbito do reforço da segurança** destacaram-se a implementação das seguintes soluções:

- Sistema de *backup* aos postos de trabalho portáteis (**Desktop Laptop Option- DLO**) – Respondendo à necessidade de salvaguarda regular da informação existente nos postos de trabalho portáteis, e nos equipamentos dos Serviços da AR, reforçando a segurança da informação nesta instituição.
- **Encriptação dos dados dos computadores portáteis** – Para garantir a confidencialidade da informação armazenada nos equipamentos portáteis foi implementado um sistema de encriptação de dados nos equipamentos dos GP's e dos SAR.
- **Redundância de backups** – A recuperação de informação mais antiga requer o acesso aos dispositivos amovíveis do tipo tapes guardados em cofre. Tal como qualquer dispositivo amovível, as tapes podem sofrer avarias inviabilizando a recuperação da informação. Para colmatar esta possível falha foi adquirido um robot de *backups* que permite a criação de dois conjuntos de tapes, assegurando a redundância da informação salvaguardada.
- O anunciado **fim de suporte do Sistema Operativo Windows XP** impôs a migração dos cerca de 130 desktops que ainda utilizavam este sistema operativo, para um mais recente.
- Implementação de **nova solução de Antivírus para infraestrutura de Virtualização** – já que se comprovou que a solução existente estava a prejudicar a performance dos servidores e postos virtuais.

**6.3. No âmbito melhoria e simplificação do acesso ao SIAR,** destacaram-se os seguintes projetos:

- **Evolução da rede Wireless da AR-** A arquitetura do sistema transitou de um modelo distribuído de antenas autónomas para um modelo centralizado, cujo núcleo de gestão efetua em tempo real o ajuste automático de toda a estrutura. Em 2014 foi dado seguimento à evolução da solução com a conclusão dos trabalhos técnicos para a disponibilização de novas componentes:
  - a) Novo acesso à rede interna, sem necessidade de utilização da solução VPN, facultando acesso à rede interna de forma direta e recorrendo a mecanismos de encriptação da comunicação;
  - b) Nova rede *Guest* destinada a fornecer acesso à internet a equipamentos não pertencentes à AR.

Ainda no sentido de reforçar a disponibilidade da rede *wireless* em espaços habitualmente utilizados pelos Deputados, deu-se seguimento à expansão da cobertura a locais adicionais (Refeitório, Restaurante, Bar Deputados);

- Visando a criação de condições técnicas para a implementação do **projeto WebTV**, sob responsabilidade do Canal Parlamento, foi criada uma estrutura lógica de rede destinada à transmissão dos conteúdos e posterior divulgação na futura WebTV da AR.
- Implementação da solução **Direct Access (DA) nos portáteis da AR**, visando a simplificação do acesso à rede interna. Esta solução faculta o acesso direto aos recursos internos do sistema informático a partir de equipamentos pertencentes a esta instituição, desde que exista ligação à internet (por 3G ou WiFi) e apresenta-se como alternativa à solução VPN.
- **Migração VPN** – Dado o anúncio de descontinuação de suporte técnico aos equipamentos Connectra que suportavam os acessos VPN foi adquirida e ativada a funcionalidade de Mobile Access Blade na Firewall Externa tendo sido migrado o serviço VPN para este recurso e descontinuados os equipamentos antigos.
- Em 2014 procedeu-se à **substituição do Chassis dos equipamentos centrais de rede** tendo sido também substituídos os módulos de conversores de fibra ótica mais antigos.

**6.4. No referente à melhoria das soluções de tecnologia de informação existentes, assinalam-se** as seguintes atividades:

- **Aplicação AP – Atividade Parlamentar** – Foi operada a fusão das aplicações de suporte à atividade legislativa, “Processo Legislativo Comum -PLC e Gestão de Órgãos e de Deputados Eleitos – GODE disponibilizando-se uma aplicação com uma nova apresentação (layout) à qual foram introduzidas novas funcionalidades destinadas à melhoria da usabilidade e simplificação de acesso. Em paralelo foram desenvolvidas funcionalidades para o Registo dos Pareceres sobre incompatibilidades e levantamentos de Imunidade, implementada a integração das Deslocações da autoria das Comissões com as Delegações Eventuais e sua associação aos BDO, detalhada a tipificação das reuniões por forma a melhorar a qualidade da informação disponibilizada e desenvolvido um módulo destinado ao registo das audições para designação de personalidades na EU bem como de debates com o Primeiro-ministro antes do Conselho Europeu.
- **Substituição de desktops afetos aos SAR** – Decorreu no período em análise a aquisição de desktops para substituição dos equipamentos mais antigos afetos aos SAR. Os computadores agora substituídos tinham, na sua maioria, cerca de 10 anos e revelavam já há algum tempo uma capacidade de resposta degradada pelo que o seu desempenho estava inadaptado ao trabalho parlamentar.
- **Aplicação Iniciativas Europeias** – Após levantamento e análise de requisitos foi desenvolvida uma funcionalidade para registo dos documentos enviados e recebidos às Assembleias

Legislativas Regionais, com o intuito de acelerar a transmissão da informação aos destinatários finais.

- A disponibilização do novo **Portal Digesto**, pela Imprensa Nacional Casa da Moeda, obrigou à adaptação das suas ligações aos sistemas da AR.
- Introdução de melhorias na aplicação de **preparação do OE**. À semelhança do ocorrido anos transatos, o CINF deu suporte ao processo de preparação do OE e à implementação das funcionalidades identificadas pela COFAP.
- No âmbito da **Implementação Software Livre na AR** foi celebrado um novo contrato para manutenção e apoio à solução disponibilizada pela AR.
- **Introdução de melhorias na aplicação Entidades Credenciadas**, que assegura a desmaterialização do processo de autorização, gestão e manutenção do acesso aos parques de estacionamento da AR.
- No ano de 2011, foi desenvolvida a aplicação denominada **Sistema de Identificação e Registo de Acessos à AR (SIRAR)**, com o objetivo de efetuar o controlo automático de acesso de visitantes nas receções existentes, imprimir maior celeridade e adequação ao sistema de entradas, reduzir o tempo de espera de acesso à AR, aumentar a segurança e evitar a retenção de documentos nas portarias.
- Com o intuito de simplificar e normalizar a documentação técnica relativa a serviços e projetos do CINF, bem como promover a sua divulgação, tal como previsto no plano de atividades deste Serviço, foi implementado um **Sistema de Gestão de Informação**. No seguimento de recomendação resultante da Consultoria ao SIAR de 2013, a aplicação adotada foi uma *Wiki (Confluence)* que permite centralizar toda a documentação técnica produzida pelo CINF, que se encontrava dispersa em vários sistemas e formatos. Foi constituído um piloto para sua avaliação e caso responda ao pretendido será posteriormente adotada por todas as equipas técnicas deste Serviço.

**Implementação de processos ITIL na ferramenta EasyVista (EZV)** – Este projeto traduziu-se na implementação técnica na ferramenta EasyVista dos processos ITIL (com versão atualizada em 2014).

Para além das atividades anteriormente referidas, importa ainda destacar a gestão e prestação dos serviços de **apoio ao utilizador**, já que se revestem da maior importância para o normal funcionamento da AR e para a rentabilização dos investimentos realizados na área das tecnologias de Informação. Em 2014, foram respondidos **2449** incidentes e **2924** pedidos de serviço, perfazendo um **total de 5373** intervenções.



## 7 - Gestão de Recursos Humanos

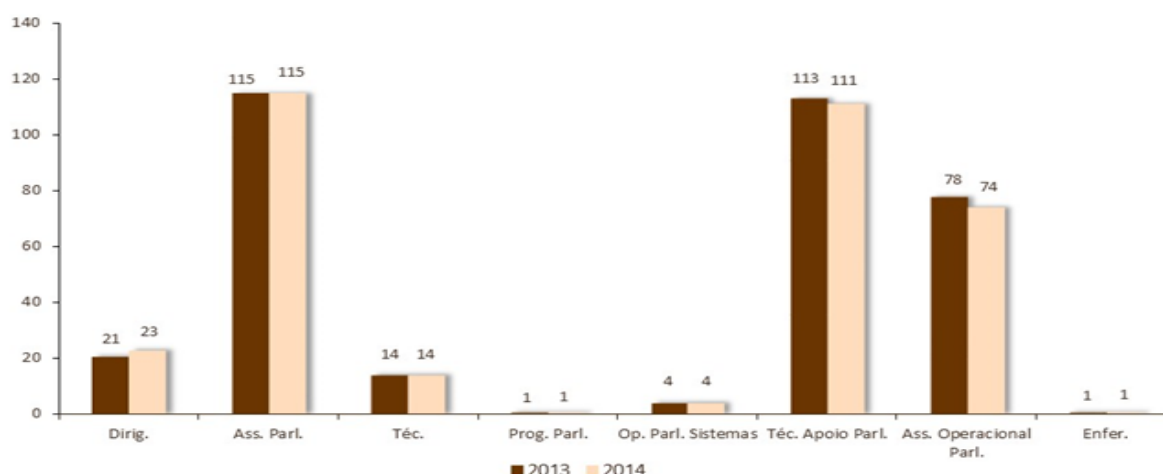
De acordo com as deliberações do Conselho de Administração da Assembleia da República, em 2014 deu-se continuidade à prossecução das políticas de contenção da despesa, políticas essas pelas quais os recursos humanos se têm vindo a pautar desde 2010, com reflexos na área do recrutamento. Não obstante o seguimento desta política, foram realizados processos de cedência de interesse público para fazer face à necessidade urgente de colmatar graves carências dos serviços, resultantes do acentuado fluxo de saída de funcionários.

Ainda assim, em 2014, verificou-se uma **perda de quatro efetivos face a 2013**, resultante de 13 movimentos de entrada (com evidência para 10 recrutamentos por cedência de interesse público) e 17 movimentos de saída (nomeadamente 9 aposentações).

Regista-se pois, à data de 31 de dezembro de 2014, a existência de 343 funcionários em efetividade de funções, constantes do mapa de pessoal da Assembleia da República, neles se incluindo 31 funcionários em regime de cedência de interesse público e 8 funcionários em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo incerto. Acresce ainda a existência de 6 contratos em regime de avença (2 intérpretes de linguagem gestual – DRAA, 3 de serviços médicos –GME, e 1 de assessoria à Comissão de Defesa Nacional -DAC), mantendo o mesmo número de avençados de 2013.

Apresenta-se, de seguida, no Gráfico 8, a evolução comparativa dos efetivos:

**Gráfico 8 – EVOLUÇÃO DO QUADRO DE EFETIVOS POR GRUPOS PROFISSIONAIS/CARREIRAS**

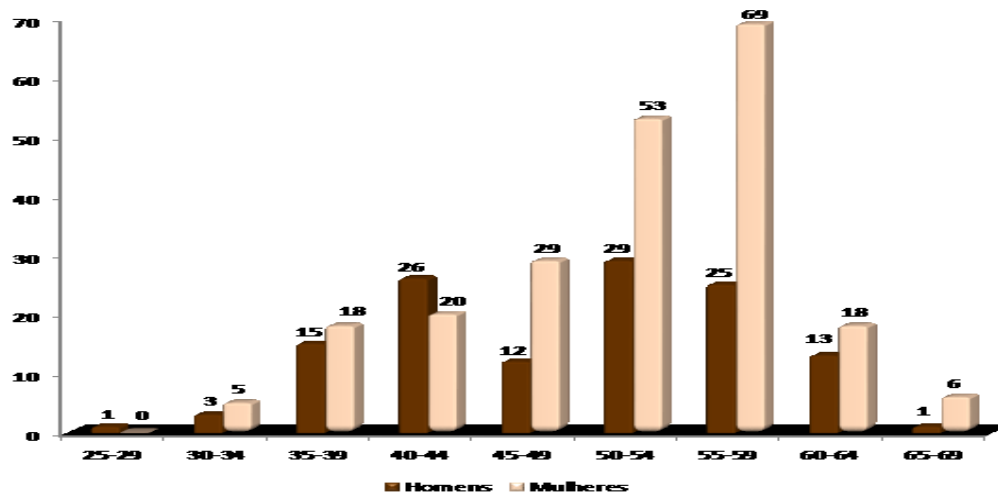


O **gráfico 8** ilustra a comparação de efetivos por grupos profissionais, em 2013 e 2014, denotando a descida do número de funcionários no grupo de técnico de apoio parlamentar e do grupo de assistente operacional parlamentar. Os restantes grupos mantiveram o mesmo

número de funcionários, com exceção do grupo de dirigentes, que aumentou em dois efetivos, resultante da ocupação de dois postos que se encontravam vagos.

A carreira de assessor parlamentar continua a ser a que tem maior representatividade (33,5% do total de funcionários), logo seguida da carreira de técnico de apoio parlamentar (32,3% do total de funcionários). Em termos absolutos a diferença entre estas duas carreiras é de apenas quatro funcionários.

**Gráfico 9 – EFETIVOS POR ESCALÕES ETÁRIOS**

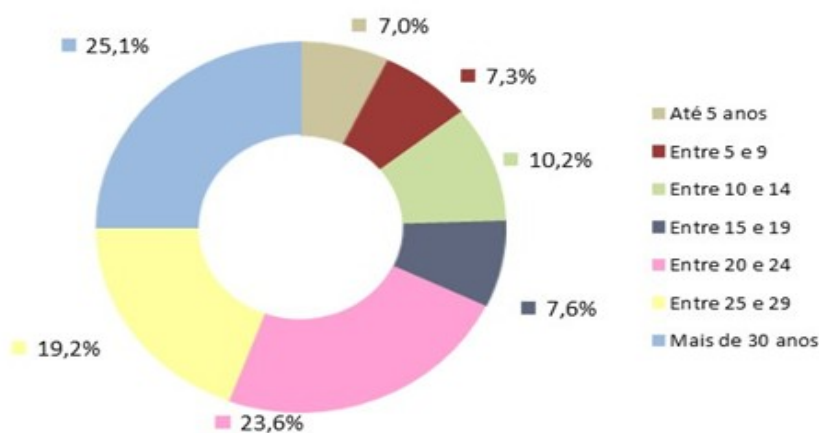


O **gráfico 9** mostra a distribuição dos efetivos pelos escalões etários e de acordo com o género. O escalão dos 55-59 anos é o que contabiliza o maior número de funcionários (94), correspondendo a 27,4% do total de efetivos.

Analisando o escalão por género, verifica-se que o maior número de efetivos masculinos situa-se no escalão dos 50-54 anos, com um total de 29 funcionários. Já no grupo feminino, o escalão com maior número de efetivos é o dos 55-59 anos. A média etária em 2014 situou-se nos 50,7 anos.

O **gráfico seguinte** representa a distribuição percentual de funcionários pelo nível de antiguidade na função pública, evidenciando que, tal como em 2013, o escalão "mais de 30 anos de serviço" é aquele que regista maior percentagem de funcionários, com 25,1%; ou seja, mais de um quarto do total de funcionários detém mais de 30 anos de serviço. O nível médio de antiguidade, em 2014, situou-se nos 22,7 anos.

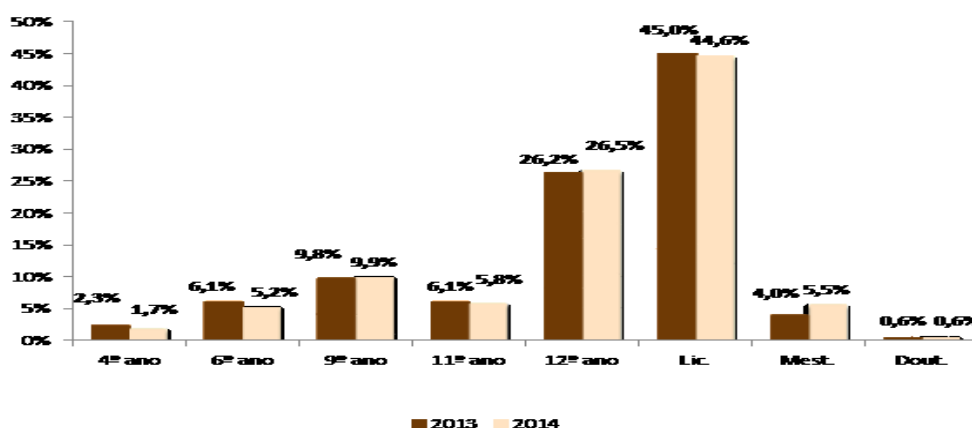
**Gráfico 10 – EFETIVOS POR NÍVEL DE ANTIGUIDADE**



O **gráfico 11** abaixo apresenta a distribuição dos efetivos por nível habilitacional, relevando que a maioria dos níveis sofreu um decréscimo na sua representatividade. As exceções verificam-se ao nível do 9.º ano e do 12.º ano, com uma ligeira subida resultante das alterações das distribuições percentuais de funcionários, e ainda no nível de mestrado, resultado em parte das novas cedências de interesse público.

O nível habilitacional da licenciatura continua a ser o que assume maior expressão, com 44,6% do total de funcionários.

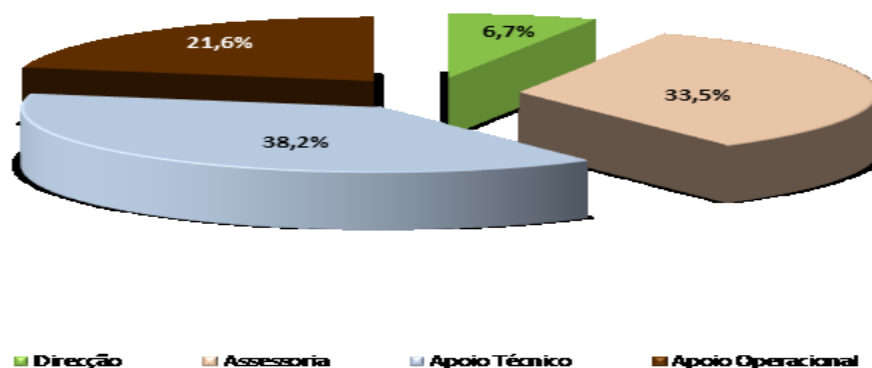
**Gráfico 11 – EFETIVOS POR NÍVEL HABILITACIONAL**



Os efetivos podem ser ainda agrupados por quatro grandes áreas, apresentadas no **gráfico 12**, reflectindo a estrutura funcional dos serviços da AR. Como é expectável, o menor grupo corresponde à direção, que em 2014 assumiu um valor correspondente a 6,7%.

O maior grupo é o do apoio técnico, com 38,2% (que engloba as carreiras a que se refere o artigo 94.º do Estatuto dos Funcionários Parlamentares), seguido do grupo de assessoria, com 33,5%. O apoio operacional corresponde a 21,6% do total de funcionários.

Gráfico 12 – FUNCIONÁRIOS POR GRANDES ÁREAS DE ATIVIDADE



No que se refere à **Formação Profissional**, assinala-se a execução do Plano de Formação para 2014, no âmbito do qual se realizaram 7.610 horas de formação (6.063 internas e 1.574 externas), que abrangeram todos os Grupos de Pessoal.

Horas de Formação por Grupo Profissional	Dirigente	Assessor Parlamentar	Técnico	Técnico A. Parlamentar	Assistente Operacional	Outros	Total
Horas de Form. Int.	253	2.540	259	2.527	484	0	6.063
Horas de Form. Ext.	14	763	56	630	84	0	1.547
<b>Total</b>	<b>267</b>	<b>3.303</b>	<b>315</b>	<b>3.157</b>	<b>568</b>	<b>0</b>	<b>7.610</b>

Ocorreram, neste ano, 442 participações em ações de formação internas e 77 em ações de formação externas, as quais abrangeram Funcionários Parlamentares, Funcionários de Grupos Parlamentares e Funcionários de Entidades que funcionam junto da AR.

Total de Funcionários em ações de formação	
Internas	442
Externas	77
<b>Total</b>	<b>519</b>

As ações de formação executadas ao longo de 2014, foram distribuídas por diversas áreas formativas, tendo todas elas como objetivo genérico desenvolver as competências individuais e coletivas dos Funcionários Parlamentares.

Os cursos relacionados com as áreas de Formação Específica – Administração Pública (401 h), Assuntos Jurídicos (112 h), Línguas (3.569 h), Informática na Ótica do Utilizador (2.538 h), Administração Pública (401 h), Assuntos Europeus (157 h), Biblioteca, Arquivo e Documentação (306 h), Atitudes Comportamentais (231 h), Assuntos de Economia e Finanças (188 h) e de Assuntos Jurídicos (112 h), foram os que tiveram maior participação de formandos.

## 8. Financiamento

### 8.1. Entidades Autónomas

Neste agrupamento integram-se, não só as transferências para os orçamentos das Entidades Autónomas, concretamente a Comissão Nacional de Eleições (CNE), Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD), Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), Provedoria de Justiça, Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) e Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida (CNECV), bem como as verbas destinadas a suportar os encargos com os Conselhos que funcionam junto da AR: Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa (CFSI), Conselho dos Julgados de Paz (CJP), Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida (CNPMA), Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal (CFSIIC), Conselho de Fiscalização da Base de Dados dos Perfis de ADN (CFBD – ADN) e ainda as verbas transferidas para a Associação dos Ex-Deputados e para o Grupo Desportivo Parlamentar (GDP).

**Quadro 13 – EVOLUÇÃO DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES**

Unidade: Euro

Entidades	OAR2013 corrigido	OAR2014 corrigido	Var%
	1	2	3=2/1
Entidade Reguladora para a Comunicação Social	1.823.240	1.707.692,00	-6,34%
Comissão Nacional de Eleições	1.408.534	1.209.924,00	-14,10%
Provedoria de Justiça	5.200.113	4.946.725,00	-4,87%
Comissão Nacional de Protecção de Dados	1.263.616	1.073.110,00	-15,08%
Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos	761.612	723.496,00	-5,00%
Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida	284.545	288.488,00	1,39%
Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações	198.981	198.389,00	-0,30%
Conselho dos Julgados de Paz	124.530	118.107,00	-5,16%
Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida	252.749	198.808,00	-21,34%
Conselho de Fiscalização do Sistema Integ. Inform. Criminal	161.880	158.917,00	-1,83%
Conselho de Fiscalização Base de Dados dos Perfis de ADN	83.635	125.932,00	50,57%
Associação dos Ex-Deputados	25.000	24.250,00	-3,00%
Grupo Desportivo Parlamentar	14.450	14.017,00	-3,00%
<b>TOTAL</b>	<b>11.602.884,90</b>	<b>10.787.855,00</b>	<b>-7,02%</b>

No que respeita às entidades independentes que funcionam junto da AR, os valores orçamentados, que constam do quadro acima, integram unicamente as transferências do Orçamento de Estado (correntes e de capital); as demais receitas próprias, incluindo os saldos

de gerência, desde 2011 que passaram a integrar exclusivamente o OE, deixando de constar no OAR.

O grau de realização global verificado nesta atividade é de 89,89%, sendo que, no que respeita às Entidades, a diferença para a execução plena se deve sobretudo às cativações decorrentes da Lei do OE2014. No que respeita aos Conselhos, em que as despesas são suportadas pela própria AR, as taxas de execução variam entre 52,42% (CNPMA) e 83,86% (CFSI), como se infere do Quadro 14 seguinte:

**Quadro 14 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES**

Unidade: Euro

Entidades	OAR2014		GR%
	Dotação corrigida	Encargos Assumidos	
	1	2	3=2/1
Entidade Reguladora para a Comunicação Social	1.707.692,00	1.662.111,00	97,33%
Comissão Nacional de Eleições	1.209.924,00	1.144.276,00	94,57%
Provedoria de Justiça	4.946.725,00	4.761.874,00	96,26%
Comissão Nacional de Protecção de Dados	1.073.110,00	539.054,00	50,23%
Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos	723.496,00	706.490,00	97,65%
Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida	288.488,00	262.959,00	91,15%
Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações	198.389,00	166.362,97	83,86%
Conselho dos Julgados de Paz	118.107,00	79.763,34	67,53%
Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida	198.808,00	104.215,90	52,42%
Conselho de Fiscalização do Sistema Integ. Inform. Criminal	158.917,00	129.917,89	81,75%
Conselho de Fiscalização Base de Dados dos Perfis de ADN	125.932,00	101.893,97	80,91%
Associação dos Ex-Deputados	24.250,00	24.250,00	100,00%
Grupo Desportivo Parlamentar	14.017,00	14.017,00	100,00%
<b>TOTAL</b>	<b>10.787.855,00</b>	<b>9.697.185,07</b>	<b>89,89%</b>

## 8.2. Subvenções Públicas

No que respeita às subvenções públicas previstas na Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, de que se destacam as subvenções aos partidos políticos e às campanhas eleitorais, importa salientar as reduções legalmente determinadas, a manter até 31 de dezembro de 2016, nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 55/2010, de 24 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo artigo 1.º da Lei n.º 1/2013, de 3 de janeiro.

Deste modo, foram inscritos **€14.510.940,24** para fazer face ao **pagamento das subvenções aos partidos políticos representados na AR**, com um grau de execução de 100%, acrescidos de **€342.518 para pagamento da mesma subvenção ao PCTP/MRPP e ao PAN**, os quais, embora não tendo obtido representação nas últimas eleições legislativas, obtiveram mais de 50.000

votos, o que lhes confere direito à subvenção, nos termos do n.º 7 do artigo 5.º da Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, na sua atual redação.

Em 2014, procedeu-se, não só aos pagamentos no âmbito da subvenção para a campanha das Eleições Autárquicas 2013, no valor de €4.277.769,10, que só foi possível concluir em 2014 uma vez que a publicação dos resultados em *Diário da República* apenas ocorreu em 13 de dezembro de 2013, como também ao pagamento da subvenção para as Eleições Europeias, realizadas em 2014, no valor de €3.094.829,02. Procedeu-se ainda à devolução ao Tesouro do montante que não se prevê executar da subvenção para a campanha das Eleições Autárquicas de 2013, no valor de €9.000.000.

À data de 31 de dezembro de 2014, encontrava-se, no entanto, na posse da AR, um saldo global de subvenções no valor de €7.133.669,67, dos quais €6.820.498,69 são respeitantes às Eleições Autárquicas de 2013 e €313.170,98 às Eleições Europeias de 2014, a integrar em sede de 1.º OAR2015 Suplementar, tendo em vista efetuar os pagamentos remanescentes no âmbito destes atos eleitorais e a devolução ao Tesouro da parte que não vier a ser executada.

## 9. Investimentos

### 9.1 Investimentos realizados em 2014

No ano de 2014, registou-se, em termos orçamentais, um decréscimo pouco significativo do investimento (0,80%), para o qual contribuiu mais significativamente a rubrica: "Edifícios" (-€166.500), conforme evidenciado no Quadro 15 infra. As demais rubricas de despesas de capital enquadraram-se no esforço de contenção orçamental presente na elaboração do OAR2014.

**Quadro 15 – EVOLUÇÃO DOS MONTANTES ORÇAMENTADOS PARA INVESTIMENTO**

Unidade: Euro

Investimento	OAR2013	OAR2014	Var%
	Corrigido	Corrigido	
	1	2	3=2/1
Edifícios	356.500,00	190.000,00	-46,70%
Material de transporte	53.991,00	0,00	-100,00%
Equipamento de informática	513.227,00	464.000,00	-9,59%
Software informático	477.271,00	689.221,00	44,41%
Equipamento Administrativo	223.500,00	194.425,00	-13,01%
Ferramentas e utensílios	0,00	600,00	n.d
Artigos e objetos de valor	5.000,00	4.850,00	-3,00%
Equipamento de gravação e audiovisual	613.690,00	543.994,00	-11,36%
Bens do Domínio Público	1.160.000,00	1.288.920,00	11,11%
<b>TOTAL</b>	<b>3.403.179,00</b>	<b>3.376.010,00</b>	<b>-0,80%</b>

A análise do quadro supra permite identificar as rubricas que, em maior grau, justificam as variações verificadas, nomeadamente as que têm maior peso na estrutura deste tipo de despesas, a saber: “Software informático” (44,41%, que representa um aumento de 211 mil euros) e “Bens do Domínio Público”, que se refere a despesas de capital com empreitadas realizadas no Palácio de S. Bento (11,11%, que representa um acréscimo de 129 mil euros).

Os valores orçamentados apresentam baixos níveis de execução em 2014, registando-se uma taxa global de 28,36%, a que corresponde um saldo de €2.418.615,62, valor que representa a diferença entre as dotações orçamentadas e os encargos assumidos (cf. Quadro 16).

**Quadro 16 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS INVESTIMENTOS**

Unidade: Euro

Investimento	OAR2014		GR%
	Corrigido	Encargos Assumidos	
	1	2	3=2/1
Edifícios	190.000,00	60.381,99	31,78%
Equipamento de informática	464.000,00	282.853,65	60,96%
Software informático	689.221,00	117.022,31	16,98%
Equipamento Administrativo	194.425,00	109.787,01	56,47%
Ferramentas e utensílios	600,00	0,00	0,00%
Artigos e objetos de valor	4.850,00	0,00	0,00%
Equipamento de gravação e audiovisual	543.994,00	12.130,03	2,23%
Bens do Domínio Público	1.288.920,00	375.219,39	29,11%
<b>TOTAL</b>	<b>3.376.010,00</b>	<b>957.394,38</b>	<b>28,36%</b>

Os investimentos, contabilizados em “**Edifícios**” e em “**Bens de domínio público**”- Palácio de São Bento - respeitam a obras de conservação e beneficiação do património imobiliário da Assembleia da República, assim como à melhoria das suas instalações.

No ano de 2014 procurou-se, assim, prosseguir a **melhoria das condições de trabalho e das instalações, bem como da conservação do Património Imobiliário da AR**. Contudo, a execução dos investimentos ao nível do Plano de Atividades continuou a ser afetada essencialmente pela atual conjuntura de forte contenção e controlo orçamental, no âmbito do Programa de Assistência Financeira da União Europeia (CE e BCE) /FMI.

Em face destes fatores houve empreitadas que foram adiadas e projetos reformulados, face ao custo apresentado. Outro dos fatores que contribui para a reduzida execução dos



investimentos é a complexidade dos projetos, que obrigaram a constantes reformulações e revisão dos mesmos, atrasando o lançamento dos procedimentos concursais.

Assim, do Plano de Atividades previsto foi concluída apenas a **empreitada de revisão/substituição de torneiras de segurança e de corte, válvulas da canalização de água e aquecimento central**, a qual teve como propósito delimitar os danos e aumentar a segurança em caso de rotura de canalizações, situação recorrente nos últimos três anos, devido à obsolescência da canalização da água e do aquecimento central do Palácio de S. Bento.

No decorrer do ano 2014 foram ainda adjudicadas empreitadas cujas execuções transitaram para 2015, sendo as seguintes:

- **Criação de um novo gabinete no piso sobreloja do Palácio** (incluiu a requalificação das instalações sanitárias de senhoras e homens nesse piso da sobreloja do Palácio de S. Bento). Em face do espaço se encontrar obsoleto e as suas dimensões desajustadas à sua utilização, foi criado um novo gabinete destinado ao Grupo Parlamentar “os Verdes” (PEV);
- **Empreitada de reposição das condições de utilização do Anfiteatro da Casa Amarela**, o qual se encontra desativado. Com efeito, devido ao repasse de águas pluviais provenientes do exterior não foi possível dar início à referida empreitada, até ficar resolvido o problema das infiltrações. A execução da referida terá início em 2015;
- **Empreitada de beneficiação das coberturas da Escadaria Nobre e dos Passos Perdidos - Palácio de São Bento** – Esta empreitada fazia parte do plano de investimentos de 2013, ano no final do qual foi lançado o concurso. A obra, com um prazo de execução de 180 dias, foi adjudicada no segundo semestre de 2014, tendo sido concluída no início de 2015.

Acresce referir que foram lançados os seguintes procedimentos concursais, embora não tenham sido concluídos, a saber:

- **Empreitada de requalificação dos sótãos do Andar Nobre (Fase B)**, tendente a concluir a requalificação das coberturas do Palácio de São Bento, (as anteriores fases permitiram a reabilitação de todos os sótãos do corpo principal do edifício, nomeadamente ala dos Vices-PAR, ala da PAR, Salão Nobre e zona da Biblioteca).
- **Empreitada de substituição do sistema automático de deteção de incêndios no Palácio**, a qual pretende melhorar e adaptar às novas técnicas existentes todo o sistema de deteção de incêndios deste edifício histórico e de classificação monumental, nomeadamente através da substituição da central, cablagens e



equipamentos de deteção, cuja obsolescência tem levado à crescente carência de peças de substituição.

De salientar, que a execução das referidas empreitadas se encontra prevista para 2015.

Não obstante as obras acima inscritas no Plano de Investimentos 2014 a ação estendeu-se, igualmente, a outros projetos de igual relevância, não previstos no Plano de Atividades, direcionados para as seguintes áreas:

- Aproveitamento e rentabilização dos espaços existentes através da sua beneficiação, bem como da sua reafecção, transformando anteriores espaços de armazém, áreas técnicas ou de passagem em locais de trabalho ou de acolhimento aos cidadãos;
- Conservação do Património da AR com a finalidade de criar de condições de segurança e conforto dos edifícios.

Neste sentido, importa referir as melhorias realizadas em cada um dos imóveis:

- **Palácio de S. Bento**

Diversas empreitadas de: impermeabilização e isolamento do remate do pilar, na cobertura do Palácio; reparações e pinturas de paredes, tetos e requalificação de pavimentos em madeira; obras para ordenamento do estacionamento de superfície no Palácio; obras de beneficiação de instalações sanitárias e balneário das funcionárias da limpeza; beneficiação do interior do refeitório da Assembleia da República; requalificação do corredor de acesso à cozinha e aplicação de chapas de aço inox nos alçados das bancadas; requalificação de duas prumadas de tubos de queda completas e limpeza de cantaria, nos claustros do "Jardim das Oliveiras"; limpeza e manutenção dos algerozes, tubos de queda e coberturas do Palácio de S. Bento, Casa Amarela e Edifício D. Carlos; reparação de rotura de canalização na sala 1 das Comissões; beneficiação do ramal do contador geral de águas de abastecimento; e fornecimento e montagem de revestimento pétreo na saída do parque subterrâneo.

- **Edifício D. Carlos I**

Diversas empreitadas, nomeadamente: de beneficiação do pavimento e paramento vertical do terraço; da área técnica por cima da cafetaria; das paredes e teto da cafetaria; de instalações sanitárias; de instalação de um bastidor do CINF; de pintura de paredes e lavagem de teto falso; de reparação de ruturas na caixa de esgoto principal e tubagem de água no piso -1; e de criação de abertura com grelha de ventilação do Posto de Transformação.

- **Edifício Novo**

Diversas de empreitadas de: construção de uma arrecadação e sub-registo para o Serviço de Segurança da AR, no Piso técnico; reestruturação da antiga Sala de Segurança; requalificação do pavimento em madeira do restaurante localizado no 5º piso; serviço de reposição e betumagem de calçada na rampa de acesso ao parque de estacionamento subterrâneo; e execução de parede divisória na sala de formação da PSP.

- **Casa Amarela**

Diversas empreitadas de: beneficiação do corta-vento da entrada da Casa Amarela; limpeza e impermeabilização de canaletes e claraboia; e beneficiação do pavimento das salas afetas ao Conselho Nacional Proteção de Dados.

Os investimentos imputados a “**Equipamento de informática**” e a “**Software Informático**”, com taxas de execução orçamental de 60,96% e 16,98% respetivamente, concorreram para a prossecução de objetivos de melhoria nesta área, muito embora num quadro de contenção orçamental.

No domínio do “**Equipamento Administrativo**”, com uma taxa de execução de 56,47%, o investimento distribui-se por várias áreas, prosseguindo a renovação, modernização e apetrechamento dos equipamentos da Assembleia da República, de acordo com as necessidades sentidas e em termos de rentabilização do espaço existente, sendo de destacar o investimento na área da segurança, mobiliário e equipamentos de climatização e ventilação.

No que respeita à rubrica “**Equipamento de gravação e audiovisual**”, a taxa de execução foi de 2,23%, destacando-se o início do concurso para aquisição de componente para *upgrade* do servidor de emissão ARTV/Canal Parlamento, para integração no sistema existente e continuação dos trabalhos de contratação de um circuito de comunicações dedicado ao projeto WEB/TV.

## **9.2 Projetos transitados para 2015**

A identificação dos projetos com encargos transitados para 2015, por via da respetiva natureza e do inerente regime de pagamento faseado e/ou por motivo de decorrerem de procedimentos concursais já iniciados e ainda não concluídos, consta do quadro seguinte:

### **Quadro 17 – PROJETOS COM ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2015**

<b>EDÍFÍCIOS e BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO</b>	<b>Valor (€)</b>
Empreitada de obras para reposição das condições de utilização do anfiteatro da Casa Amarela	€16.138,71
Empreitada de beneficiação das coberturas da Escadaria Nobre e Passos Perdidos - Palácio de São Bento	€198.979,88
Empreitada de obras para criação de um novo gabinete no piso da sobreloja - Palácio de São Bento	€20.150,08
<b>EQUIPAMENTO AUDIOVISUAL</b>	<b>Valor (€)</b>
<b>EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA</b>	
Aquisição de Painel RJ-45 e Fixação de Cablagem	€341,33
Aquisição de impressora de cartões	€2.598,99
Aquisição de dois monitores	€251,78
Aquisição de um sistema de salvaguarda de dados em dispositivo amovível do tipo TAPE	€25.589,09
Aquisição de uma Tape Library TS3100 da IBM	€8.033,75
<b>SOFTWARE INFORMÁTICO</b>	
Sistema integrado de gestão (remanescente)	€27.820,80
Entidade de Registo na Assembleia da República	€85.792,50
<b>EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO</b>	
Fornecimento de Unidade Permanente de Socorro (UPS) para o Canal Parlamento.	€13.673,91
Fornecimento de dois equipamentos de ar condicionado para o bar dos funcionários - Palácio de São Bento	€6.109,78
Fornecimento de unidade de ar condicionado para substituição do ventiloinconvect or nº 2 do bar dos funcionários	€5.090,11
Aquisição de 2 desfibriladores (implementação, formação e certificação)	€5.201,73
Aquisição de mobiliário diverso	€6.813,99
Aquisição de 3 monitores TFT de 17", para equipamentos de raio X, LCD e cisalhas	€2.421,12
	<b>€425.007,55</b>

## 10. Execução Financeira

### 10.1 Das Despesas

Da leitura do Quadro 18, ressalta um grau de execução orçamental global de 76,21%, face a uma execução financeira que foi de 74,89%, valor que resulta do diferencial entre as despesas pagas e os encargos assumidos, apurado no encerramento de exercício.

#### Quadro 18 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E FINANCEIRA (CLASSIF. ECONÓMICA)

Unidade: Euro

Despesa por Classificação Económica	OAR2014			GR%	GR%
	dotação corrigida	Encargos Assumidos	Despesa Paga	Orçamental	Financeira
	1	2	3	4=2/1	5=3/1
<b>Corrente</b>	<b>69.111.903,90</b>	<b>58.444.938,17</b>	<b>57.145.292,53</b>	<b>84,57%</b>	<b>82,69%</b>
<b>Despesas com Pessoal</b>	<b>45.079.054,00</b>	<b>42.464.360,58</b>	<b>42.460.603,97</b>	<b>94,20%</b>	<b>94,19%</b>
Remun. certas e permanentes	32.900.993,00	31.340.753,83	31.337.207,93	95,26%	95,25%
Abonos variáveis ou eventuais	4.129.100,00	3.706.915,61	3.706.915,61	89,78%	89,78%
Segurança social	8.048.961,00	7.416.691,14	7.416.480,43	92,14%	92,14%
<b>Aquisição de bens e serviços</b>	<b>18.142.276,00</b>	<b>14.827.653,68</b>	<b>13.532.181,90</b>	<b>81,73%</b>	<b>74,59%</b>
Aquisição de bens	1.840.566,00	1.412.186,46	1.218.549,56	76,73%	66,21%
Aquisição de serviços	16.301.710,00	13.415.467,22	12.313.632,34	82,29%	75,54%
<b>Juros e outros encargos</b>	<b>6.000,00</b>	<b>2.176,17</b>	<b>2.176,17</b>	<b>36,27%</b>	<b>36,27%</b>
Juros e outros encargos	6.000,00	2.176,17	2.176,17	36,27%	36,27%
<b>Transferências correntes</b>	<b>44.267,00</b>	<b>38.267,00</b>	<b>38.267,00</b>	<b>86,45%</b>	<b>86,45%</b>
Entidades Privadas ou Públicas	38.267,00	38.267,00	38.267,00	100,00%	100,00%
Exterior	6.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
<b>Subvenções</b>	<b>880.081,00</b>	<b>880.081,00</b>	<b>880.081,00</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>
Subvenção aos Grupos Parl.	880.081,00	880.081,00	880.081,00	100,00%	100,00%
<b>Outras despesas correntes</b>	<b>4.960.225,90</b>	<b>232.399,74</b>	<b>231.982,49</b>	<b>4,69%</b>	<b>4,68%</b>
Dotação provisional	4.646.061,90	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Diversas	314.164,00	232.399,74	231.982,49	73,97%	73,84%
<b>Capital</b>	<b>13.413.886,00</b>	<b>957.464,36</b>	<b>532.456,81</b>	<b>7,14%</b>	<b>3,97%</b>
<b>Aquisição de bens de capital</b>	<b>3.379.736,00</b>	<b>957.464,36</b>	<b>532.456,81</b>	<b>28,33%</b>	<b>15,75%</b>
Investimentos	2.090.816,00	582.244,97	376.367,38	27,85%	18,00%
Bens do Domínio Público	1.288.920,00	375.219,39	156.089,43	29,11%	12,11%
<b>Transferência de Capital</b>	<b>18.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
Resto do Mundo	18.000,00	0,00		0,00%	0,00%
<b>Outras despesas de capital</b>	<b>10.016.150,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
Dotação provisional	10.016.150,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
<b>Total AR</b>	<b>82.525.789,90</b>	<b>59.402.402,53</b>	<b>57.677.749,34</b>	<b>71,98%</b>	<b>69,89%</b>
<b>Transf. Entidades Aut. E subvenções</b>	<b>48.309.161,79</b>	<b>40.302.820,36</b>	<b>40.302.820,36</b>	<b>83,43%</b>	<b>83,43%</b>
<b>Transferências correntes</b>	<b>9.869.335,00</b>	<b>8.996.664,00</b>	<b>8.996.664,00</b>	<b>91,16%</b>	<b>91,16%</b>
Administração Central	9.869.335,00	8.996.664,00	8.996.664,00	91,16%	91,16%
<b>Subsidios</b>	<b>29.359.726,79</b>	<b>22.226.056,36</b>	<b>22.226.056,36</b>	<b>75,70%</b>	<b>75,70%</b>
Instituições/ fins lucrativos	29.359.726,79	22.226.056,36	22.226.056,36	75,70%	75,70%
<b>Transferências de capital</b>	<b>80.100,00</b>	<b>80.100,00</b>	<b>80.100,00</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>
Administração Central	80.100,00	80.100,00	80.100,00	100,00%	100,00%
<b>Outras despesas de capital</b>	<b>9.000.000,00</b>	<b>9.000.000,00</b>	<b>9.000.000,00</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>
Saldo - Devolução Tesouro	9.000.000,00	9.000.000,00	9.000.000,00	100,00%	100,00%
<b>Total Global</b>	<b>130.834.951,69</b>	<b>99.705.222,89</b>	<b>97.980.569,70</b>	<b>76,21%</b>	<b>74,89%</b>

A despesa assumida que não teve execução financeira deu origem à transição de encargos para 2015, no montante total de €1.724.653,19, cuja distribuição por classificação económica consta do Quadro 19.

#### Quadro 19 – ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2015 POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

Unidade: Euro

Despesa por Classificação Económica	OAR2014				Encargos por pagar
	Encargos Assumidos	Estrutura	Despesa Paga	Estrutura	
	1	2=1/Σ1	3	4=3/Σ3	
<b>Corrente</b>	<b>58.444.938,17</b>	<b>58,62%</b>	<b>57.145.292,53</b>	<b>58,32%</b>	<b>1.299.645,64</b>
<b>Despesas com Pessoal</b>	<b>42.464.360,58</b>	<b>42,59%</b>	<b>42.460.603,97</b>	<b>43,34%</b>	<b>3.756,61</b>
Remun. certas e permanentes	31.340.753,83	31,43%	31.337.207,93	31,98%	3.545,90
Abonos variáveis ou eventuais	3.706.915,61	3,72%	3.706.915,61	3,78%	0,00
Segurança social	7.416.691,14	7,44%	7.416.480,43	7,57%	210,71
<b>Aquisição de bens e serviços</b>	<b>14.827.653,68</b>	<b>14,87%</b>	<b>13.532.181,90</b>	<b>13,81%</b>	<b>1.295.471,78</b>
Aquisição de bens	1.412.186,46	1,42%	1.218.549,56	1,24%	193.636,90
Aquisição de serviços	13.415.467,22	13,46%	12.313.632,34	12,57%	1.101.834,88
<b>Juros e outros encargos</b>	<b>2.176,17</b>	<b>0,00%</b>	<b>2.176,17</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00</b>
Juros e outros encargos	2.176,17	0,00%	2.176,17	0,00%	0,00
<b>Transferências correntes</b>	<b>38.267,00</b>	<b>0,04%</b>	<b>38.267,00</b>	<b>0,04%</b>	<b>0,00</b>
Entidades Privadas ou Públicas	38.267,00	0,04%	38.267,00	0,04%	0,00
Exterior	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
<b>Subvenções</b>	<b>880.081,00</b>	<b>0,88%</b>	<b>880.081,00</b>	<b>0,90%</b>	<b>0,00</b>
Subvenção aos Grupos Parl.	880.081,00	0,88%	880.081,00	0,90%	0,00
<b>Outras despesas correntes</b>	<b>232.399,74</b>	<b>0,23%</b>	<b>231.982,49</b>	<b>0,24%</b>	<b>417,25</b>
Dotação provisional	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Diversas	232.399,74	0,23%	231.982,49	0,24%	417,25
<b>Capital</b>	<b>957.464,36</b>	<b>0,96%</b>	<b>532.456,81</b>	<b>0,54%</b>	<b>425.007,55</b>
<b>Aquisição de bens de capital</b>	<b>957.464,36</b>	<b>0,96%</b>	<b>532.456,81</b>	<b>0,54%</b>	<b>425.007,55</b>
Investimentos	582.244,97	0,58%	376.367,38	0,38%	205.877,59
Bens do Domínio Público	375.219,39	0,38%	156.089,43	0,16%	219.129,96
<b>Transferência de Capital</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00</b>
Resto do Mundo	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
<b>Total AR</b>	<b>59.402.402,53</b>	<b>59,58%</b>	<b>57.677.749,34</b>	<b>58,87%</b>	<b>1.724.653,19</b>
<b>Transf. Entidades Aut. e Subvenções</b>	<b>40.302.820,36</b>	<b>40,42%</b>	<b>40.302.820,36</b>	<b>41,13%</b>	<b>0,00</b>
<b>Transferências correntes</b>	<b>8.996.664,00</b>	<b>9,02%</b>	<b>8.996.664,00</b>	<b>9,18%</b>	<b>0,00</b>
Administração Central	8.996.664,00	9,02%	8.996.664,00	9,18%	0,00
<b>Subsídios</b>	<b>22.226.056,36</b>	<b>22,29%</b>	<b>22.226.056,36</b>	<b>22,68%</b>	<b>0,00</b>
Instituições/ fins lucrativos	22.226.056,36	22,29%	22.226.056,36	22,68%	0,00
<b>Transferências de capital</b>	<b>80.100,00</b>	<b>0,08%</b>	<b>80.100,00</b>	<b>0,08%</b>	<b>0,00</b>
Administração Central	80.100,00	0,08%	80.100,00	0,08%	0,00
<b>Outras Despesas capital</b>	<b>9.000.000,00</b>	<b>9,03%</b>	<b>9.000.000,00</b>	<b>9,19%</b>	<b>0,00</b>
Diversas	9.000.000,00	9,03%	9.000.000,00	9,19%	0,00
<b>Total Global</b>	<b>99.705.222,89</b>	<b>100,00%</b>	<b>97.980.569,70</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.724.653,19</b>

O Quadro 19 evidencia ainda a estrutura da despesa assumida e paga, apresentando uma execução financeira global face aos encargos assumidos de 98,27%, indicador que, em 2013, foi de 98,77% e, em 2012, de 97,77%.

Considerando as **despesas correntes**, verifica-se uma execução financeira, face a encargos assumidos, de 97,78%, sendo que, em 2013, este indicador foi de 97,00%, tendo transitado por pagar o montante de €1.299.645,64.

Relativamente às **despesas de capital**, verifica-se uma execução financeira, relativamente a encargos assumidos, de 55,61%, face aos 97,20% de 2013, tendo transitado para 2015 um valor de despesa, autorizada e não paga, de €425.007,55, montante que reflete apenas os encargos transitados em aquisições de bens de capital.

No que respeita às **transferências para as Entidades Autónomas e Subvenções**, a execução financeira, face aos encargos assumidos, é de 100%, em virtude de a AR proceder à transferência da totalidade das importâncias que comprometeu.

A despesa assumida que não teve execução financeira, dando lugar à transição de encargos para o exercício de 2015, deve-se, em parte, à inexistência do período complementar para o apuramento de contas - a implementação do POC-AR implica o encerramento do ano económico a 31 de dezembro, e também à existência de despesas autorizadas envolvendo pagamentos faseados no tempo, em função da evolução verificada nos projetos a que respeitam.

## **10.2 Das Receitas**

Importa salientar que, na estrutura da receita, as receitas cobradas pela AR representam 0,66% das receitas totais. Por outro lado, estas receitas, cujo detalhe se apresentará em seguida, registaram, no seu conjunto, um grau de realização de 119,21% face ao montante orçamentado (cf. Quadro 21).

### **Quadro 20 – EVOLUÇÃO DAS RECEITAS**

Unidade: Euro

Natureza das Receitas Cobradas	2013	2014	Var%
	1	2	3=2/1
Publicações, impressos e artigos diversos	22.764,51	29.324,49	28,82%
Outros bens	30.614,46	29.166,08	-4,73%
Juros	67.139,61	78.500,33	16,92%
Guias de reposição não abatidas	141.855,46	82.401,86	-41,91%
Vendas de senhas de refeição	249.233,03	243.373,22	-2,35%
Rendas	45.271,13	49.454,96	9,24%
Venda de bens de investimento	8.727,76	4.468,94	-48,80%
Receitas diversas - AR	4.931,05	17.807,06	261,12%
<b>Receitas Cobradas</b>	<b>570.537,01</b>	<b>534.496,94</b>	<b>-6,32%</b>
<b>Saldo de Gerência do ano anterior - AR</b>	<b>23.412.641,23</b>	<b>19.625.960,90</b>	<b>-16,17%</b>
<b>Transferências do OE (Corrente e Capital)</b>	<b>53.470.067,80</b>	<b>61.226.902,00</b>	<b>14,51%</b>
<b>Total</b>	<b>77.453.246,04</b>	<b>81.387.359,84</b>	<b>5,08%</b>

Como se retira do Quadro 20 acima, a generalidade das receitas mais significativas da AR apresenta variações negativas, com exceção das "receitas diversas", que apresentam um acréscimo de 261,12%, e das receitas de "Juros" provenientes dos depósitos nas contas do IGCP que aumentaram 16,92%.

O financiamento com origem no OE, que representa 75,23% do total do OAR2014, reflete, no que respeita à atividade da AR, uma variação positiva de 14,51% em relação a 2013, ano em que o financiamento do OE representou 69,04%. Se, para o efeito, não for considerado o saldo de gerência da AR de 2014, integrado no OAR2014 em sede de orçamento suplementar, o peso do financiamento do OE aumenta para 99,13%.

As receitas orçamentadas e cobradas em 2014 constam do quadro abaixo:

**Quadro 21 – GRAU DE REALIZAÇÃO DAS RECEITAS EM 2014**

Unidade: Euro

Natureza	Receita OAR2014		
	corrigida	cobrada	GR%
	1	2	3=2/1
Publicações, impressos e artigos diversos	25.000,00	29.324,49	117,30%
Outros bens	25.040,00	29.166,08	116,48%
Juros	65.350,00	78.500,33	120,12%
Guias de reposição não abatidas	35.000,00	82.401,86	235,43%
Vendas de senhas de refeição	250.000,00	243.373,22	97,35%
Rendas	45.200,00	49.454,96	109,41%
Venda de bens de Investimento	260,00	4.468,94	1718,82%
Receitas diversas - AR	2.520,00	17.807,06	706,63%
<b>Receitas Cobradas</b>	<b>448.370,00</b>	<b>534.496,94</b>	<b>119,21%</b>
<b>Saldo de Gerência do ano anterior - AR</b>	<b>19.625.960,90</b>	<b>19.625.960,90</b>	<b>100,00%</b>
<b>Transferências do OE (Corrente e Capital)</b>	<b>62.451.459,00</b>	<b>61.226.902,00</b>	<b>98,04%</b>
<b>Total</b>	<b>82.525.789,90</b>	<b>81.387.359,84</b>	<b>98,62%</b>

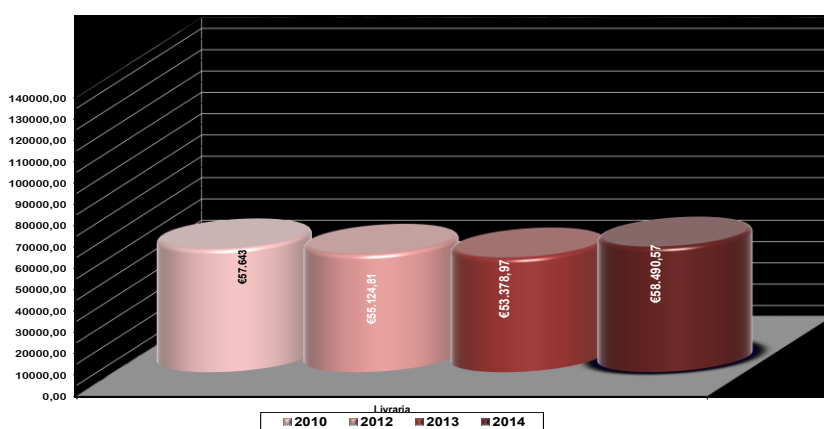


Da análise deste Quadro 21, constata-se que a receita própria cobrada pela Assembleia da República foi superior à orçamentada, no que respeita à maioria das rubricas, nomeadamente nas vendas da livraria parlamentar ("publicações, impressos e artigos diversos" e "outros bens"), nas reposições não abatidas e nas rendas.

A evolução das vendas realizadas na Livraria Parlamentar encontra-se expressa no Gráfico 13, registando-se um acréscimo face a 2014 (as vendas em 2014 foram de €58.490,57, superiores às de 2013 que foram de €53.378,97).

**Gráfico 13 – EVOLUÇÃO DAS VENDAS**

Unidade: Euro



## 11. Situação Patrimonial da AR a 31 de dezembro de 2014

A informação financeira / patrimonial encontra-se registada num sistema integrado de gestão (SIGAR) desde 2010, integrando, nomeadamente a que respeita a imobilizado e stocks, necessária à elaboração das demonstrações financeiras, relativas ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014, visando a transparência, conformidade legal e a regularidade financeira.

A análise ao Balanço e à Demonstração de Resultados de 2014 reflete um **Resultado Líquido do exercício positivo (€2.368.677,30)**, em consequência de um montante global de €61.888.875,12 nos proveitos e de €59.520.197,82 nos custos.

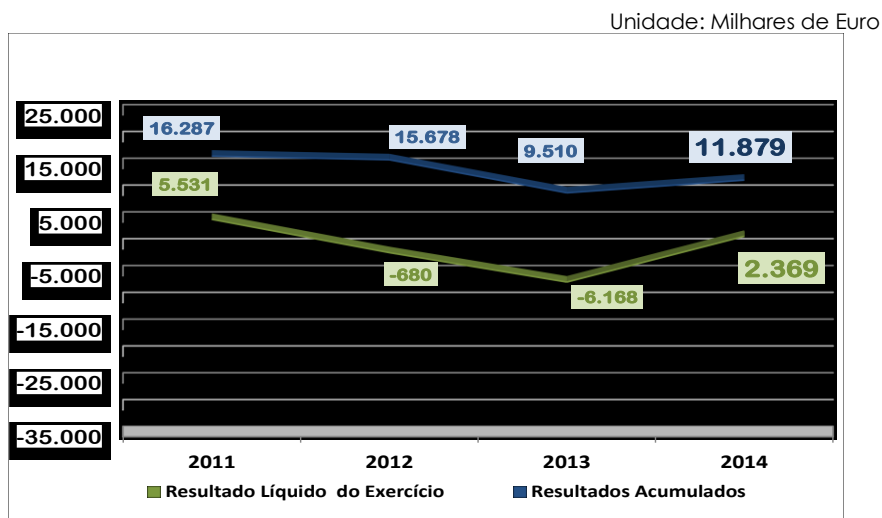
O aumento de resultado líquido do exercício em €8.6 milhões (em 2013 este resultado tinha sido negativo no valor de €6.2 milhões) resulta de:

- Um **aumento dos proveitos em 7,7 milhões**, decorrente das transferências do OE, menores em 2013 pelo facto de a AR ter suportado nesse ano, o subsídio de férias e respetivos encargos, com receitas próprias.
- Uma redução de custos em €0,99 milhões.

Analisa-se de seguida alguns rácios que permitem avaliar e analisar a situação e a estrutura financeira.

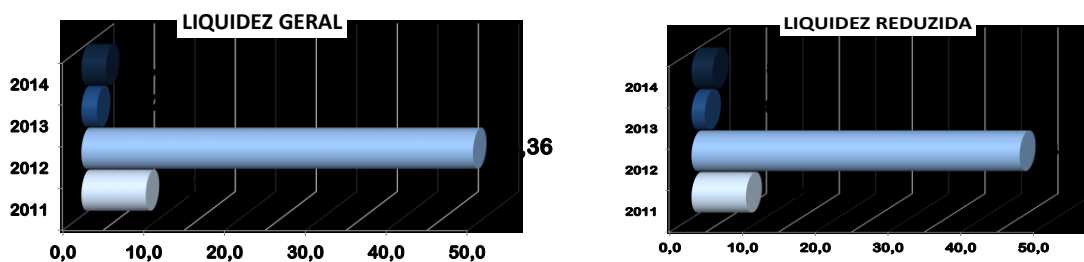
A evolução dos Resultados Líquidos apurados nos últimos quatro anos consta do gráfico 14, que a seguir se apresenta:

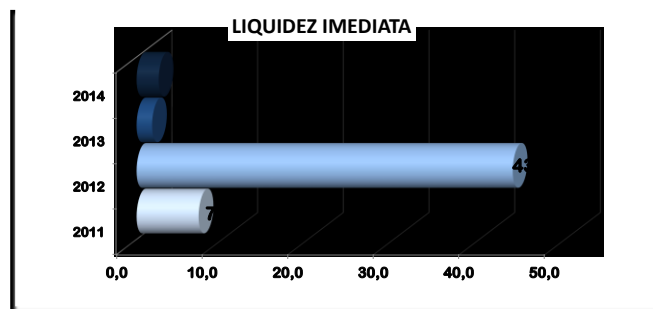
**Gráfico 14 – EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS**



Ao longo dos últimos anos foram aperfeiçoados os registos de operações e o seu reflexo contabilístico, o que se traduziu num maior rigor da informação apresentada, **apurando-se um Resultado Líquido de 2.368.677,30**, representando um acréscimo de 138,40% face ao ano de 2013, em virtude, por um lado, do aumento **do nível dos proveitos (transferências do OE)** e, por outro lado, da **diminuição dos custos com pessoal**.

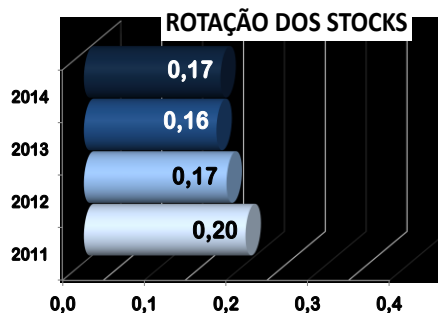
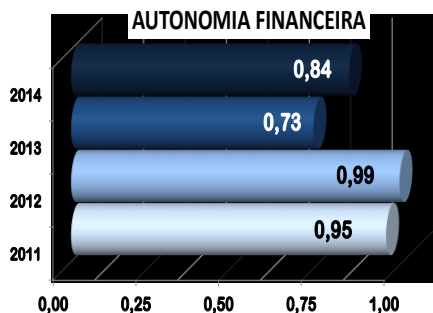
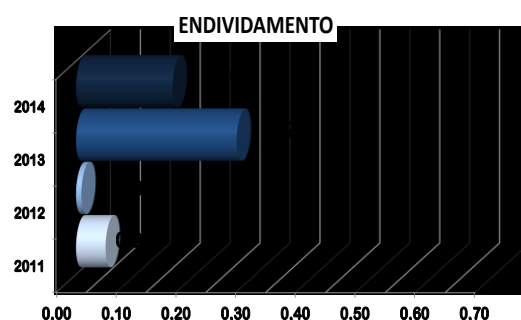
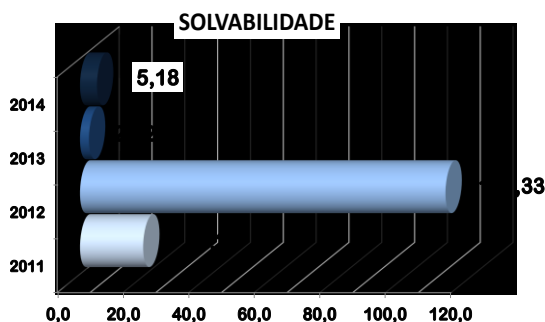
A situação de liquidez financeira, refletida na situação patrimonial a 31/12/2014, traduzida pelos rácios de liquidez, apresenta valores superiores ao do ano anterior em virtude do ativo, do passivo e das disponibilidades ainda se encontram influenciados pelas subvenções para a campanha das eleições autárquicas de 2013 e europeias de 2014, cujo montante em saldo à data de 31/12/2014 ascende a €7,1 milhões.





Assim, o aumento do valor dos rácios de liquidez geral (Ativo Circulante/Dívidas a terceiros de curto prazo), em 2014, deve-se sobretudo à diminuição do passivo de curto prazo, em função do menor saldo da subvenção pública para as campanhas eleitorais acima referidas.

No que se refere aos rácios de liquidez reduzida (Ativo Circulante - Existências/Dívidas a terceiros de curto prazo) e liquidez imediata (Disponibilidades/ Dívidas a terceiros de curto prazo), que representam 2,88 e 2,58, respetivamente, traduzem o nível de equilíbrio financeiro, significando que a Assembleia da República apresenta um excedente face às suas necessidades de tesouraria, conforme comprova o saldo de gerência apurado à data de 31/12/2014 (€23,7 milhões acrescido de 7,1 milhões do saldo das subvenções para as campanhas).



No tocante ao indicador de Solvabilidade (Fundos Próprios/Passivo), o respetivo valor é de 5,18, destinando-se a medir a capacidade da entidade desenvolver a respetiva atividade a médio prazo, não sendo por isso de relevar o valor do indicador apresentado, atento o mecanismo legal que está subjacente ao financiamento deste órgão de soberania.

O indicador de Autonomia Financeira (Fundos Próprios/Ativo Líquido) em 2014 foi de 0,84, representando total autonomia e superando o exigido, dado que o indicador referencial deverá ser igual ou superior a 0,33.

Importa salientar que o indicador da dependência financeira, aqui denominado por Endividamento (Passivo/Ativo Líquido), apresenta, em 2014, um valor de 0,16, sendo que a soma do valor do indicador de Autonomia Financeira com o valor do indicador de Endividamento deverá ser igual a 1, o que se verifica.

A racionalização do consumo e o controlo da gestão de aprovisionamento é evidenciada através do valor praticamente constante, apresentada ao longo do último triénio, do indicador de Rotação de Stocks (Vendas e Prestações de Serviços / Existências).

Assim, a análise da evolução apresentada pelos indicadores supramencionados, no período de 2011 a 2014, reflete o progresso decorrente de um permanente aperfeiçoamento dos registos das operações contabilísticas, que será melhor observado com o aproveitamento em pleno da informação de apoio à gestão disponibilizada pelo sistema SIGAR.

## Nota Final

De acordo com os artigos 4.º e 59.º da Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República (LOFAR), o Relatório e Conta são aprovados pelo Plenário da Assembleia da República, após apresentação à Assembleia da República do respetivo parecer do Tribunal de Contas.

Em conformidade com o disposto no n.º 4 do artigo 52.º da Lei nº 98/97, de 26 de agosto, relativa à Organização e Processo do Tribunal de Contas, republicada pela Lei nº 48/2006, de 29 de agosto, com as alterações subsequentes, a Assembleia da República procede à remessa da sua Conta de Gerência ao Tribunal de Contas até 30 de abril do ano seguinte a que diz respeito, para emissão de parecer nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 5.º do referido diploma legal.

## Serviços da Assembleia da República

Secretário-Geral  
Albino de Azevedo Soares

Adjunta do Secretário-geral  
Ana Maria Viegas Serpa Farrajota Leal

Adjunto do Secretário-geral  
José Manuel Saraiva de Lemos Araújo

Direção de Serviços de Apoio Técnico e Secretariado  
Cláudia Cristina Martins Ribeiro Diogo

Divisão de Apoio ao Plenário  
Isabel Maria Graça Pereira

Divisão de Apoio às Comissões  
João Nuno de Melo Cardoso do Amaral

Divisão de Redação e Apoio Audiovisual  
José Nogueira Diogo

Direção de Serviços de Documentação e Informação ao Cidadão  
Rui José Pereira Costa

Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar  
Fernando Carlos Marques Pereira

Divisão de Edições  
Maria Teresa Silvério da Fonseca

Centro de Informação ao Cidadão e Relações Públicas  
Victor Manuel Pires da Silva

Biblioteca  
Rosa Maria Barreto Pereira da Silva

Arquivo Histórico-Parlamentar  
Maria Manuela Castelo Branco Neves Ferrão Sousa Magalhães

Direção de Serviços Administrativos e Financeiros  
Fernando Paulo da Silva Gonçalves

Divisão de Recursos Humanos e Administração  
Vítor Manuel Leal Madeira



Divisão de Gestão Financeira  
Susana de Oliveira Torres Martins

Divisão de Aprovisionamento e Património  
Maria Cristina Aniceto de Mendonça Machado de Araújo Neves Correia

Gabinete de Relações Internacionais e Protocolo  
Ana Rita Manteigas Sousa Pinto Ferreira

Divisão de Relações Internacionais  
Isabel Maria Cordeiro Botelho Leal

Divisão de Protocolo  
Maria Manuela Azóia Lopes

Centro de Informática  
Maria Antonieta Antunes Teixeira

Centro de Formação Parlamentar e Interparlamentar  
João José da Costa Santos Gil

Museu  
Cátia Henriques Mourão Rodrigues